

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

SHEYLA HELENA ELIAS DA PAZ

**A MUDANÇA DO MODO SUBJUNTIVO PARA O INDICATIVO, EM ORAÇÕES
SUBORDINADAS E COORDENADAS, NAS CIDADES DE APARECIDA DE
GOIÂNIA, SENADOR CANEDO E TRINDADE**

GOIÂNIA
2021

SHEYLA HELENA ELIAS DA PAZ

**A MUDANÇA DO MODO SUBJUNTIVO PARA O INDICATIVO, EM ORAÇÕES
SUBORDINADAS E COORDENADAS, NAS CIDADES DE APARECIDA DE
GOIÂNIA, SENADOR CANEDO E TRINDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, como requisito final à obtenção do título de Mestre, na área de concentração em Estudos Linguísticos.

Orientador: Professor Dr. Sebastião Elias Milani

Linha de pesquisa: Descrição e Análise de Línguas (LPD 4)

Agência de fomento de pesquisa: CAPES

GOIÂNIA
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Paz, Sheyla Helena Elias da

A mudança do modo subjuntivo para o indicativo, em orações subordinadas e coordenadas, nas cidades de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. [manuscrito] / Sheyla Helena Elias da Paz. - 2021.

lxxx, 80 f.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Elias Milani.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, lista de figuras.

1. Descrição. 2. Mudança. 3. Sintaxe. 4. Modo subjuntivo. I. Milani, Sebastião Elias, orient. II. Título.

CDU 81

SHEYLA HELENA ELIAS DA PAZ

**A MUDANÇA DO MODO SUBJUNTIVO PARA O INDICATIVO, EM ORAÇÕES
SUBORDINADAS E COORDENADAS, NAS CIDADES DE APARECIDA DE
GOIÂNIA, SENADOR CANEDO E TRINDADE**

Esta dissertação foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, no dia 30/04/2021, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre na área de concentração em Estudos Linguísticos. Componentes da banca de defesa:

Presidente: Prof. Dr. Sebastião Elias Milani
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística
Faculdade de Letras - (UFG)

Arguidor titular interno: Dra. Gláucia Vieira Cândido
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística
Faculdade de Letras - (UFG)

Arguidor titular externo: Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade
Programa de pós-graduação em Língua Portuguesa
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Faculdade de Letras – DLCV - USP

Suplentes:

Prof.: Dr. Sinval Martins Filho – PPGLL-UFG

Prof.: Dr. Daniel Marra da Silva - PPL-UFT

DEDICATÓRIA

A meus pais Ilídia e Eurípedes, a meus irmãos e a minha irmã.

A meu esposo George.

A meus filhos Darlington e esposa, Felipe e esposa e Ana Luiza.

A meus netos Luan Felipe e Luís Miguel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de viver e escrever esse pequeno trabalho.

Ao professor Dr. Sebastião Elias Milani pela orientação.

À professora Dra. Gláucia Vieira Cândido e ao Dr. Sinval Martins Filho pelas orientações na banca de qualificação.

A Alyce Fernandes pela indicação dos colaboradores na cidade de Aparecida de Goiânia.

A Terezinha A. Mendes Marra e a tia Elisabete Pereira pelo incentivo à pesquisa.

À Universidade Federal de Goiás pelo acolhimento.

Aos meus colegas da pós-graduação: Pedro, Helda, Adriana, Thaynara, Eliel, pela companhia maravilhosa.

À CAPES pelo fomento à pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a descrever e a analisar fenômenos sintáticos na mudança do modo verbal subjuntivo, no tempo do pretérito imperfeito, para o pretérito imperfeito do indicativo, observando-se a fala coloquial, nos municípios de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, no estado de Goiás. O objetivo é verificar as causas dessa mudança, com a hipótese de ser influência da fala de outros migrantes para Goiás, pela fala rural ou se há outras causas. Visa-se também a descrever e analisar outros fenômenos sintáticos de mudança em andamento nessas regiões, bem como a verificar os ambientes favoráveis de restrição ao uso do subjuntivo. Como suporte teórico foram utilizados os seguintes autores: Epifânio Dias (1918); Said Ali (1964); Cunha & Cintra (1985); Perini (1994); Azeredo (2000); Bechara (2009); Sperança-Criscuolo (2014) e outros. Selecionou-se o *corpus*, a partir de entrevistas que permitiram uma análise sintática de estruturas pertinentes à pesquisa. Os resultados obtidos na análise dos dados indicam que os condicionadores linguísticos, nas comunidades pesquisadas, preferem usar o modo indicativo na fala.

Palavras-chave: Descrição. Mudança. Sintaxe. Modo Subjuntivo.

ABSTRACT

This research aims to describe and analyze syntactic phenomena in the change of the subjunctive verbal mode, in the past imperfect tense, for the imperfect tense of the indicative, observing the colloquial speech in the municipalities of Aparecida de Goiânia, Senador Canedo and Trindade in the state of Goiás. The goal is to verify the causes of this change, with the hypothesis that it is the influence of the speech of other migrants to Goiás, by rural speech, or if there are other causes. It also aims to describe and analyze other syntactic phenomena of change in progress in these regions, as well as to verify the favorable environments of restriction to the use of the subjunctive. The following authors were used as theoretical support: Epifânio Dias (1918); Said Ali (1964); Cunha & Cintra (1985); Perini (1994); Azeredo (2000); Bechara (2009); Sperança-Criscuolo (2014) and others. The corpus was selected from interviews that allowed a syntactic analysis of structures pertinent to the research. The results obtained in the data analysis indicate that the linguistic conditioners, in the researched communities, prefer to use the indicative mode in speech.

Keywords: Description. Change. Syntax. Subjunctive mode.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GoldVarb - Versão para ambiente Windows do pacote de programas VarbRul

IND. - Modo indicativo

MEC – Ministério da Educação e Cultura

O.S.S. Objetiva Direta – Oração subordinada substantiva objetiva direta

O.S.S. Objetiva Indireta - Oração subordinada substantiva objetiva indireta

O.S.S. Subjetiva – Oração subordinada substantiva subjetiva

O.S.S. Completiva Nominal - Oração subordinada substantiva completiva nominal

O.S. Adj. Restritiva - Oração subordinada adjetiva restritiva

O.S. Adv. – Oração subordinada adverbial

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

SUBJ. - Modo subjuntivo

VarbRul – do inglês *Variable Rules Analysis*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Imigrantes de Goiás no território brasileiro de 2005/2010.....	34
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – OS TRABALHOS NO BRASIL SOBRE A MUDANÇA NO USO DO MODO SUBJUNTIVO PARA O INDICATIVO	16
CAPÍTULO 2 – O ESTUDO DO SUBJUNTIVO NO BRASIL	26
2.1 O QUE OS GRAMÁTICOS E LINGUISTAS CONSIDERAM SOBRE O MODO SUBJUNTIVO	26
2.2 O ESTUDO DE GRAMÁTICA NA ESCOLA	29
2.3 LÍGUA ORAL E LÍNGUA ESCRITA	30
2.4 OS FALARES NO ESTADO DE GOIÁS	34
CAPÍTULO 3 – A SINTAXE HISTÓRICA PORTUGUESA E BRASILEIRA NAS OBRAS DE EPIFHÂNIO DIAS E DE SAID ALI	37
3.1 SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES PRINCIPAIS	38
3.2 SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES SUBORDINADAS	41
3.3 O USO DO SUBJUNTIVO E INDICATIVO EM ORAÇÕES SUBORDINADAS E COORDENADAS EM SAID ALI	46
3.4 AS FUNÇÕES SINTÁTICAS DO SUBJUNTIVO DE ACORDO COM GRAMÁTICOS E LINGUISTAS RECENTES	49
3.5 O PROCESSO SINTÁTICO: ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS E COORDENADAS	50
CAPITULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
4.1 O HISTÓRICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA	52
4.2 A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	54
4.3 O TRABALHO DE CAMPO: AS ENTREVISTAS	54
4.4 A ESCOLHA DOS INFORMANTES	55
4.5 CRITÉRIOS PARA A TRANSCRIÇÃO DOS DADOS	56
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS DADOS	57
5.1 AS MUDANÇAS SINTÁTICAS DO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO PELO PERFEITO DO INDICATIVO ENCONTRADAS NO <i>CORPUS</i>	57

5.2 OUTRO FENÔMENO DE MUDANÇA LINGUÍSTICA ENCONTRADO NOS DADOS: A PREFERÊNCIA DAS FORMAS NOMINAIS	62
5.3 COMPARAÇÃO DOS DADOS DESSA PESQUISA COM OUTROS AUTORES	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70
ANEXO	74
APÊNDICES	76

INTRODUÇÃO

Esta dissertação objetiva investigar a mudança do modo verbal subjuntivo, no tempo do pretérito imperfeito, para o pretérito perfeito do indicativo, levando-se em conta falantes no uso da fala coloquial, nas cidades de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, no estado de Goiás, por meio de abordagens histórica, sintática e descritiva.

Muitos estudos foram feitos sobre esse tema no português do Brasil. Hebe Carvalho (2007), na Região sul do Cariri, estado do Ceará, descreve e analisa ambientes favoráveis e de restrição ao uso do indicativo/subjuntivo, com a finalidade de demonstrar que, em ambientes de alternância, a força modal se encontra na força semântica do verbo matriz. Tatiana Pimpão (1999) trata da alternância entre os dois modos/tempos, deslocando as noções de certeza/incerteza, atribuídas de acordo com a Morfologia. Sandra Maria Bianchet (1996) analisa o problema da oscilação entre os modos indicativo e subjuntivo em orações completivas¹ objetivas diretas do português contemporâneo, procurando identificar o tipo de processo que subjaz a essa oscilação, se seria um processo de mudança em andamento ou tratar-se-ia de uma variável estável.

Rosana Ferreira Alves (2009) investiga a expressão de modalidades típicas do subjuntivo em duas sincronias do português brasileiro: no século XVI, dados de Gandavo de 1556² e, na contemporaneidade, dados de Muriaé-MG e de Feira de Santana-BA. Tem-se um mapeamento quase completo no Brasil sobre o estudo do modo subjuntivo. Todos eles foram pesquisados por meio da sociolinguística quantitativa. O que sabemos é que o fenômeno da mudança está em andamento, embora não se fale o porquê da mudança ou como ela acontece.

Com essa pesquisa, buscamos uma abordagem do modo subjuntivo na sintaxe histórica, pela descrição e análise das entrevistas, de acordo com a sintaxe contemporânea normativa, a fim de verificar se a mudança está em andamento ou se já teria ocorrido e, nesse caso, por que aconteceu na fala das comunidades pesquisadas.

As perguntas norteadoras da presente pesquisa são: os falantes da Região

¹ “As subordinadas completivas (chamadas integrantes, na tradição luso-brasileira) são basicamente orações introduzidas normalmente pelas conjunções integrantes que ou se...” (Cunha e Cintra, Nova Gramática do português Contemporâneo, p. 596).

² Historiador e cronista português.

Metropolitana de Goiânia, capital do estado de Goiás, nos municípios pesquisados de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, dão preferência ao modo indicativo, no tempo do pretérito perfeito ou usam o pretérito perfeito do subjuntivo? Há relação entre a mudança linguística desse trabalho e o que propõe Louis Hjelmslev (1975), na obra *Prolegômenos para uma teoria da linguagem*, entre plano de conteúdo e plano de expressão? A escola modifica a forma de falar do falante em questão? Se nela se estuda sintaxe normativa, por que os falantes escolarizados e não escolarizados variam igualmente o modo subjuntivo pelo indicativo? Existe um contexto apropriado para a variação sintática do modo subjuntivo para o modo indicativo, de falantes escolarizados, e outro para os não escolarizados?

O estudo dos modos verbais nos remete ao uso do modo subjuntivo como uma incerteza, dúvida ou hipótese. Já o modo indicativo é, ao contrário, usado em contextos que indicam certeza (CUNHA & CINTRA, 1985). Entretanto, ao nos depararmos com a língua em uso, verificamos que nem sempre os falantes, ao usarem os tempos e modos verbais, comportam-se dessa forma. Sabemos que a língua, por ser um organismo vivo, está em constante evolução. Queremos dizer com isso, de acordo com Faraco (2005), que as línguas estão em constante movimento, entretanto não perdem seu caráter sistêmico, ou seja, mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação de seus significados.

A mudança não é perceptível *a priori* pelos falantes. Parece-nos que eles têm uma imagem de que a língua repousa na sensação de permanência, mais do que na sensação de mudança. Os motivos são porque as mudanças se dão de forma lenta e gradual. A juventude que mora em regiões afastadas, nos municípios pesquisados, aprecia e representa na fala essas formas inovadoras, sobretudo aquelas que são veiculadas em textos musicados, chamados de músicas sertanejas³. De acordo com a linguística histórica, as línguas mudam no tempo e no espaço, atingindo partes e não o todo da língua. Isso significa que as mudanças vão acontecendo em um complexo jogo de transformação e de permanência. É evidente que nas comunidades mais periféricas a mudança é mais predominante, isso foi possível perceber por meio das entrevistas feitas para esse trabalho.

³ “Música sertaneja é um gênero musical do Brasil produzido a partir de 1910 por compositores urbanos, rurais e outros chamada genericamente de modas e emboladas cujo som da viola é predominante.” https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%BAsica_sertaneja#cite_note-M%C3%BAsica-Sertaneja-CRAVO-ALBIN-3 Acesso em fevereiro de 2020.

Para Faraco (2005, p.16), “evidencia-se nessas situações pelo contraste entre uma imagem que se tem da língua e a realidade, o fato que passou, ou está passando por mudanças”, em que há situações nas quais os falantes da língua percebem as mudanças, principalmente quando são expostos a textos escritos muito antigos ou se convivem mais de perto com falantes jovens ou mais velhos ou, ainda, quando interagem com falantes de classes sociais que estiveram excluídas da cultura escrita. Essas situações esclarecem as manifestações ocorridas em momentos obviamente distanciados do tempo, quer em diferentes gerações linguísticas, convivendo em grupos sociais, em que não haja controle social sobre as formas da língua, quer com o conservadorismo da escrita, razão de não termos dúvida de que a mudança ocorra, modificando a língua em sua forma, função e/ou significado.

Por outro lado, os falantes escolarizados que têm mais contato com a escrita possuem uma realidade mais estável e permanente na língua falada. Segundo Saussure (2012, p.58), “a escrita pode muito bem, em certas condições, retardar as modificações da língua, mas, inversamente, a conservação desta não o é, de forma alguma, comprometida pela ausência de escrita”. Concordamos com o posicionamento de Saussure, pois em nossas análises encontramos tanto informantes que tiveram acesso à escrita quanto os que não tiveram esse acesso e, em suas falas, a mudança ocorreu normalmente.

O conceito de “social”, para essa pesquisa, não se refere à sociolinguística laboviana, e sim aos estudos de Saussure (2012) que, ao diferenciar língua de linguagem, acrescenta:

para nós, ela (a língua) não se confunde com a linguagem; [...]. É ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social, para permitir o exercício dessa faculdade de linguagem nos indivíduos. (SAUSSURE, 2012, pág. 41).

E o linguista continua, quando fala, na Semiologia, sobre o lugar da língua nos fatos humanos: “a língua constitui uma instituição social, mas ela se distingue por vários traços das outras instituições políticas, jurídicas” (SAUSSURE, 2012, p. 47).

Acreditamos que, com base em estudos historiográficos de Milani (2000, p.12), a participação do indivíduo na língua é de colaboração para a perpetuação do sistema, visto que “O indivíduo fala a língua de seu povo, que é coletiva, como foi

ensinado por seus antepassados.” Em outra pesquisa, Silva & Milani (2011, p.11), em uma reflexão de como Saussure aborda o social, afirmam que: “Ora se a língua é um sistema, a base desse sistema não pode ser outra senão o cérebro do indivíduo, lugar que hospeda as abstrações do social.”

Para Louis Hjelmslev (1975), nos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, a língua é um sistema de figuras (não-signos) que se combinam e produzem signos. Para Hjelmslev (1975, p. 2), “a linguagem, como instituição social e supraindividual, devia contribuir para a caracterização da nação; a linguagem, com suas flutuações e sua evolução, devia abrir caminhos ao conhecimento de longínquas vicissitudes das gerações desaparecidas”. Ao se estudar as mudanças ocorridas em determinados contextos, procuramos caracterizar a posição do falante, diante da língua que ele detém, a partir da proposta da presente pesquisa.

Outros conceitos-chave de Louis Hjelmslev (1975), para essa pesquisa, são o plano de conteúdo e o plano de expressão. Segundo Lopes (1972, p. 94), “Saussure foi o ponto de partida para Hjelmslev construir a sua teoria, Glossemática”. Dessa forma, na teoria citada, “o sistema de significantes forma o plano de expressão (PE), nas línguas naturais, e o sistema de significados forma seu plano de conteúdo (PC)”. Nessa pesquisa, esses conceitos são de extrema importância, porque, embora a substância do conteúdo e da expressão sejam as mesmas para as línguas naturais, a forma do conteúdo e a forma da expressão são distintas de uma língua para outra.

Nas comunidades pesquisadas sobre a mudança do imperfeito do subjuntivo para o perfeito do indicativo, com orações subordinadas e coordenadas, percebemos que a mudança aparece no plano de expressão, mas no plano de conteúdo ainda permanece a ideia do subjuntivo. Como, por exemplo, em:

(1) Eu achava **que ela ainda tinha vida**. (Inquérito n.20190201169026, informante de Aparecida de Goiânia, com 64 anos de idade, e 6 de escolaridade).

No exemplo (1), acima, foi usado na oração subordinada substantiva objetiva direta (O.S.S. Objetiva Direta, que se encontra negritada) o modo indicativo (“tinha”-no tempo do pretérito imperfeito) no lugar de “tivesse” (indicando o pretérito imperfeito do subjuntivo). Podemos afirmar que, sintaticamente, o informante, no

plano de expressão, apresenta a mudança, embora, no plano de conteúdo, percebamos a ideia de incerteza, marca do modo subjuntivo.

Essa dissertação se organiza em cinco capítulos. No primeiro, trouxemos a análise de alguns autores que estudaram o fenômeno da mudança do modo subjuntivo, em determinados estados do Brasil, bem como a posição de alguns gramáticos e linguistas a respeito do tema; o estudo de gramática da língua portuguesa na escola, especialmente na sintaxe; línguas falada e escrita, os falares de Goiás, em Milani *et al* (2015), especialmente pela hipótese do falar rural e sobre a Região Metropolitana de Goiânia, limitando-nos aos municípios pesquisados.

No segundo capítulo, apresentamos uma descrição da sintaxe histórica portuguesa do modo subjuntivo. Mantivemos no texto atual os itens lexicais originais da gramática histórica de Epifânio Dias (1918): *Syntaxe, conjunctivo, principaes e hypotético*, como forma de tradição, visto que sua obra histórica é de grande valia aos estudiosos de qualquer época. Fizemos pequenas comparações com a gramática brasileira de Said Ali (1964).

No terceiro capítulo, abordamos as funções sintáticas do modo subjuntivo nas orações subordinadas e coordenadas, segundo gramáticos e autores da atualidade: Celso Cunha (1972); Cintra e Cunha (1985); Azeredo (2000); Fávero (2003); Almeida (2009) e outros. E explicamos a metodologia aplicada na pesquisa, as etapas de desenvolvimento da pesquisa, desde a seleção das comunidades da Região Metropolitana de Goiânia, nas cidades de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, até a avaliação das entrevistas.

No quarto capítulo, fizemos a análise qualitativa dos dados, a descrição das mudanças do imperfeito do modo subjuntivo para o perfeito do modo indicativo, encontradas no *corpus*, testadas pelas mudanças sociais, local de nascimento e tempo de permanência do falante na Região pesquisada, ou seja, nas cidades de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, por pertencerem à região metropolitana da capital do estado de Goiás.

Nas Considerações Finais, a partir dos resultados obtidos nas análises, apresentamos algumas respostas ao nosso questionamento, principalmente no que se refere ao fato de observamos se a mudança do imperfeito do subjuntivo pelo perfeito do indicativo é uma realidade ou se está em andamento no português brasileiro, na Região Metropolitana de Goiânia, nos municípios pesquisados.

CAPÍTULO 1

1 OS TRABALHOS NO BRASIL SOBRE A MUDANÇA DO USO DO MODO SUBJUNTIVO PARA O INDICATIVO

A modalidade subjuntiva é, por princípio, uma oposição à modalidade indicativa. Logo, 'os tempos do subjuntivo não representam noções de época da forma como o fazem os do indicativo. Pode-se, no entanto, falar de certos hábitos de concordância dos tempos, que não procedem de um automatismo rígido e puramente formal, antes resultam de um funcionamento de mecanismos delicados e complexos (GÉRARD MOIGNET, 1951, p. 131 apud CUNHA e CINTRA, 1985, p.448).

Hebe Carvalho (2007), em trabalho investigativo à luz da teoria da variação e de pressupostos funcionalistas, verificou a alternância dos modos verbais indicativo e subjuntivo na língua falada do Cariri, região ao Sul do Ceará. Com um *corpus* retirado do Projeto do Português não-padrão, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, cujo objetivo foi captar a variação desses modos verbais na língua falada da região em foco, descreveu e analisou ambientes favoráveis e de restrição ao uso do indicativo/subjuntivo, com a finalidade de demonstrar que, em ambientes de alternância, a força modal se encontra na força semântica do verbo matriz⁴; estando as formas, indicativo/subjuntivo, atuando apenas como variantes morfológicas desprovidas de sua função precípua de modo. A autora usou o programa VarbRu⁵ para quantificar os dados e realizou rodadas separadas por tempo verbal, a fim de controlar as orações no presente do indicativo *versus* presente do subjuntivo, bem como orações no pretérito imperfeito do indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo. Em seus resultados, a estudiosa constatou a interferência de condicionadores linguísticos e sociais no uso da alternância dos modos indicativo e subjuntivo. Ela também verificou que os fatores

⁴ Verbo matriz é o verbo da oração principal. Segundo Kock *apud* Moura, 2016 - p. 16, são modalizadores os elementos linguísticos ligados diretamente ao evento de produção do enunciado, funcionando como indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso. Exemplificando com expressões da língua em que se apresentam, sintaticamente, como orações, são destacadas as orações encaixadas subjetivas que têm como predicado expressões como: “é certo (que)”, “é evidente”, “é claro”, “é indubitável”, “é possível”, “é provável”, “é bom”, “é lamentável” e “é pena”. A autora retoma a gramática tradicional, classificando as primeiras orações dos enunciados como principais em relação às segundas, que são nomeadas subordinadas. Todavia, ressalta o fato de que o conteúdo proposicional propriamente dito encontra-se na segunda parte de cada enunciado – na oração encaixada, servindo a primeira parte – oração matriz - apenas para modalizar a segunda (MOURA, 2009.p. 16).

⁵ O software Varbrul, criado por David Sankoff em 1972, e aprimorado nos anos seguintes, permitiu aos linguistas interessados no estudo da variação o acesso a métodos de análise estatística.

estruturais, como verbo da oração matriz e modalidade, são relevantes na distribuição do subjuntivo.

Outro dado importante foi a escolaridade. Nos dados da autora, informantes com pouca escolaridade formal usaram mais a forma do subjuntivo que estudantes com mais de 11 anos de escolaridade. Esse dado também se manifestou no grupo das orações com o imperfeito, mostrando-se significativo. Ao concluir sua pesquisa, Carvalho (2007) reforçou que a força modal da sentença se concentrou na carga semântica do verbo principal, sendo a alternância das formas indicativo/subjuntivo, na comunidade de fala do Cariri, produto de complexas interações e de fatores linguísticos de natureza sintático-semântica e discursiva, tipo de verbo da oração, estrutura assertiva e modalidade.

Tatiana Pimpão (1999), embora reconhecendo que o contexto não seja condição para o uso do modo subjuntivo, sendo apenas um traço favorecedor, tratou da alternância entre os dois modos subjuntivo/indicativo e, também, sobre os tempos, deslocando as noções de certeza/incerteza, atribuídas de acordo com a morfologia verbal tradicional.. A autora considerou que grupos de fatores sociais, escolaridade e sexo, foram relevantes, evidenciando o uso do subjuntivo nos falantes mais escolarizados e, surpreendentemente, mais entre os homens que entre as mulheres. Aqui, percebemos a constatação da variável escolaridade ser diferente em Hebe Carvalho (2007), visto que essa pesquisadora mencionou informantes com pouca escolaridade informal, usando mais o Subjuntivo que estudantes com mais de 11 anos de escolaridade.

Em outro trabalho recente, Tatiana Pimpão (2015) fez um mapeamento do uso variável do modo subjuntivo no Português do Brasil. A partir dos resultados gerais, a autora obteve acesso a 18 pesquisas com amostras de quatro regiões brasileiras: Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (Brasília). No estudo, a autora construiu um panorama muito interessante sobre o uso variável do modo Subjuntivo, colocando em destaque algumas variáveis como modalidade e tipo de oração, encontrando certo padrão, no que se refere às variáveis “modalidade e tipo de oração” (PIMPÃO, 2015, pag. 137).

A pesquisadora teve cuidado em emitir os resultados na comparação de percentuais gerais para “o uso variável do modo subjuntivo, e esses resultados são importantes na medida em que indicam a frequência de subjuntivo em cada amostra

investigada”. Entretanto, ainda há, nas pesquisas da autora, as expressões “variáveis, ou mudança em andamento e oscilação” (PIMPÃO, 2015, p. 133).

Alves Neta (2000), em seu estudo sobre subjuntivo e indicativo, no Norte de Minas e considerando seus resultados, apresentou os dados em 6 tabelas, com as seguintes variáveis linguísticas na fala: para os tipos de oração, de 351 casos, 144 utilizaram formas do indicativo; no fator modalidade⁶, de 317 casos, 130 apresentaram formas do indicativo; para análise de conjunção, de 34 casos, 14 utilizaram formas do indicativo. Percebemos, comprovadamente, um percentual alto do uso do indicativo.

Entretanto, na variável social escolaridade, Alves Neta (2000; 2006) foi objetiva em apontar que, no nível fundamental, de 109 falantes, 59 optaram pela forma do indicativo; no nível médio, de 158 falantes, 68 preferiram o uso do indicativo; no nível superior, dos 84 casos, 17 preferiram o indicativo. Portanto, no item escolaridade, na pesquisa sobre o uso do subjuntivo/indicativo, no Norte de Minas, a autora observou que, quanto mais subiu o nível de escolaridade, a presença do uso do subjuntivo aumentou. A despeito disso, dos 351 casos, 144 preferiram o indicativo.

Nas outras variáveis sociais, como faixa etária e estilo de fala, os resultados foram os mesmos. Com um total de 351 casos, 144 seguiram o indicativo. O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo, no Norte de Minas, ocorreu com maior frequência na fala de informantes do nível mais baixo de escolaridade; diminuiu sensivelmente na fala dos informantes de Ensino Médio e teve ocorrência bem reduzida na fala dos informantes de nível superior. Isso nos permitiu supor que a escrita atuou no sentido em que a troca do subjuntivo pelo indicativo fosse evitada.

Outro trabalho que merece atenção é o de Sandra Maria Bianchet (1996), que analisou o problema da oscilação entre os modos indicativo e subjuntivo, em orações completivas objetivas diretas do português contemporâneo, procurando identificar o tipo de processo que subjaz a essa oscilação, se seria um processo de mudança em andamento ou tratar-se-ia de uma variável estável. A justificativa da autora, para analisar o problema da seleção do modo verbal residiu no fato de que

⁶ Modalidade aqui vem da teoria de Fávero (1982 *apud* ALVES NETA, 2000; 2006. p. 256) , em que o uso de formas no subjuntivo não é só ideia de se expressar dúvida , incerteza ou irrealidade, mas sim prevê o uso do subjuntivo em formas, nas quais a oração principal contém verbo de sentimento, pressuposição de verdade e, portanto, se caracteriza como [+ factivos], verbos com atitude proposicional interpretativa de julgamento (acreditar, pensar, entre outros) que dão preferência ao modo indicativo.

se pode verificar uma discrepância entre a norma prescrita pela gramática tradicional portuguesa, em relação à distribuição dos modos indicativo e subjuntivo e o uso que o falante efetivamente fez desses modos.

Colocamos os exemplos⁷ da autora em questão, pesquisados na escrita, embora haja variação do subjuntivo para o indicativo, ao mencionar ocorrências de frases não aceitas pela norma gramatical, do tipo:

- (1) Talvez **são** até capazes de largar a mulher e os filhos para agarrar a este poder e nunca mais soltá-lo (IND. para SUBJ. **sejam**-UFGM/96).
- (2) Tomara que você **tosse e espirra** (IND. e IND. para SUBJ. **tussa e espirre** - oração independente- programa de rádio).
- (3) Eu queria uma casa que **tinha** uma piscina. (IND. para SUBJ. **tivesse** - oração adjetiva-novela TV).
- (4) Ainda que os argumentos do juiz para prender PC **são** os mesmos do STF, os advogados de PC protestaram (...). (IND. para SUBJ. **sejam** - Programa de rádio).
- (5) Embora **chegaram** ao poder por diferentes maneiras eles promoveram o desenvolvimento (...) (IND. para SUBJ. **tivessem** **chegado**- Oração adverbial- redação de vestibular UFMG/96).
- (6) O autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia, fazendo com que **camuflam** os pobres de quem está no poder. (IND. para SUBJ. **camuflem**- vestibular UFMG/96).
- (7) Ele espera que **vai ser** mais vantajoso para ele. (IND. para SUBJ. **seja**- NURC, vol. 1).
- (8) Suponhamos que **chega** no dia 30 e o pagamento dele **atrase**. (IND. para SUBJ. **chegue**- oração completiva – NURC, vol. 1).
- (9) Eu quero que você **sabe** de uma coisa. (IND. para SUBJ. **saiba**- oração completiva – E 51).
- (10) (..) a população , que se tornando exausta diante da situação, permite que o Estado **continua** agindo de tal maneira. (IND. para SUBJ. **continue**- vestibular UFMG/96).

Os exemplos acima foram retirados de Bianchet (1996, pág. 25) e os grifos apresentados referem-se às marcações da própria pesquisadora.

⁷ Para a autora, essas ocorrências “não são, em grande parte, examinadas nem pelas gramáticas tradicionais do português atual, que buscam determinar os contextos em que um e/ou outro MODO podem ocorrer; nem por alguns estudos sobre a questão do MODO verbal, que as consideram ou pouco aceitáveis, ou até mesmo agramaticais”(BIANCHET, 1996, pág. 25).

Apesar de serem dados coletados de escrita, a autora sugere que já havia uma oscilação do subjuntivo para o indicativo. Complementa Bianchet (1996, p. 23), "a constante incidência de indicativo em contextos reservados ao subjuntivo, como exemplificado em (1) até (9), e concorrência de indicativo e de subjuntivo em um mesmo período", como em (10), leva-nos a rejeitar a postura da gramática normativa em ignorar tais ocorrências, bem como a dos estudos que questionam sua aceitabilidade ou gramaticalidade. Para essa pesquisa, tais formas são aceitáveis, visto que não se pretendeu um questionamento quanto à aceitação ou à gramaticalidade das referidas orações, pelo fato de serem dados colhidos, a partir de registro escrito.

Além do mais, para a autora, o problema da seleção ora de indicativo, ora de subjuntivo, em orações completivas objetivas diretas, como uma regra variável, pode ser condicionada por fatores estruturais, modalidade do verbo da oração matriz, tempo do verbo da oração completiva, dentre outros, e/ou não-estruturais, idade, nível de escolaridade, entre outros. Para se conseguir avaliar até que ponto os fatores selecionados para análise estariam atuando nesse processo específico, ela optou por formar um *corpus* representativo da estrutura de orações completivas no português contemporâneo.

Além desse *corpus*, Bianchet (1996) escolheu um *corpus* representativo do uso dessa mesma estrutura no latim do século IV, com o objetivo de estabelecer uma comparação entre o processo de diferenciação modal, ocorrido em latim e o processo de diferenciação modal que está ocorrendo no português contemporâneo. Isso em razão de que, naquele período, segundo atesta Maurer Jr. (1959, *apud* BIANCHET, 1996), o latim passou por um processo de reestruturação, em seu sistema de complementação correlato ao observado no português contemporâneo, em orações completivas objetivas diretas. Processo esse que envolveu a ampliação dos contextos em que seria necessário selecionar indicativo ou subjuntivo.

Os dados do português contemporâneo e do latim do século IV também foram submetidos, primeiramente, a uma análise quantitativa, utilizando-se os programas do pacote VarbRul para computadores e, em seguida, a uma análise qualitativa dos resultados obtidos. A análise qualitativa do português contemporâneo teve como foco a conceituação de modalidade, tal como proposta por Lyons (1977, *apud* BIANCHET, 1996), que a levou considerar o modo subjuntivo em orações

completivas objetivas diretas como uma marca redundante não só de subordinação, mas também de modalidade.

Dessa forma, a estudiosa usou a pesquisa qualitativa, para analisar o Português e, com o latim, a quantitativa. Contudo, a conclusão foi a mesma, tanto no latim quanto no Português houve oscilação. A análise estatística dos grupos de fatores extralinguísticos, faixa etária e nível de escolaridade, demonstrou que o uso do indicativo/subjuntivo nessa estrutura com verbos factivos⁸, como “querer”, “ordenar”, “exigir”, entre outros, não apresenta uma estratificação por idade, e sim por nível de escolaridade. Esse resultado pode ser interpretado como uma evidência de que a oscilação entre indicativo e subjuntivo deve ser caracterizada como uma variável estável, e não como uma mudança em andamento. Entretanto, mantém a hipótese inicial, tendo em vista o fato de que foi possível identificar semelhanças no processo de oscilação entre o latim e o português contemporâneo, no sentido de definir os contextos em que essa oscilação ocorre.

O grupo de fatores da modalidade do verbo da oração matriz, em Bianchet (1996), demonstrou ser significativo para esse processo de oscilação, uma vez que foi selecionado estatisticamente significativo em latim e apresentou uma distribuição também significativa no português contemporâneo. Esse fato reforça a hipótese de que a modalidade do verbo da oração matriz tenha atuado de forma decisiva nesse processo de mudança. Atuação essa que se evidencia de diferentes maneiras, a saber: com verbos matriz classificados como factivos, “falar”, “saber”, “contar” e outros, esse grupo de fatores atuaria como um facilitador para a fixação do modo indicativo, uma vez que o modo subjuntivo, nesse contexto, é marca redundante apenas de subordinação.

Ao concluir sua pesquisa, Bianchet (1996) considerou que esse paralelismo encontrado no processo de complementação das orações completivas objetivas diretas, nas línguas latina e portuguesa, em relação à seleção modal, é uma importante contribuição para que se tenha uma visão mais abrangente e menos superficial desse fenômeno variável, além de abrir perspectiva para que o mesmo seja estudado em outros processos de complementação, como em orações adjetivas e adverbiais. Embora não seja esse o mote desse trabalho, pareceu-nos

⁸ Segundo as Gramáticas de Língua Portuguesa, os verbos chamados factivos (saber, lamentar, adivinhar, perceber e outros) são desencadeadores, porque eles pressupõem a verdade do seu complemento sentencial.

importante salientar a possibilidade de, futuramente, observar com maior interesse esse caminho de pesquisa.

Barra Rocha (1994, *apud* BIANCHET, 1996, pág. 73), com relação à oscilação entre os modos indicativo e subjuntivo, afirmou que “a frequência do subjuntivo vem decrescendo em favor do indicativo tanto em português coloquial quanto em italiano”. Essa expansão deveu-se aos verbos indicadores de vontade⁹, como “querer” ou “desejar”, por exemplo, que apresentam o verbo da oração subordinada tanto no indicativo quanto no subjuntivo, é claro que está restrito ao registro informal. Na língua Italiana, para Elia (1978, *apud* BIANCHET, 1996), também aconteceu a opção ora por indicativo, ora por subjuntivo e foram influenciados por fatores populares, regionais ou ainda dialetais, com diferença no nível aceitabilidade. No Francês, Poplack (1992, *apud* BIANCHET, 1996, p. 74) afirmou que “o uso de subjuntivo é variável, mesmo em contextos em que a ocorrência deste modo parece categórica”. A autora buscou essa mudança na trajetória desde o latim clássico até o francês antigo, afirmando que há boas razões para se pensar essa mudança que tem sido estável por séculos.

Ferreira (2009) em investigação sobre a expressão de modalidades típicas do Subjuntivo em duas sincronias do português brasileiro: século XVI (dados de GANDAVO, 1556) e contemporaneidade, em Muriaé - MG e Feira de Santana na Bahia, aventou a hipótese de que “o fenômeno do uso do subjuntivo não está apenas relacionado à co-ocorrência do indicativo e do subjuntivo, como costumam abordar na literatura sociolingüística.” (FERREIRA, 2009, pág. 13). Para a autora, o português falado no solo mineiro, embora esteja manifestando uma etapa mais avançada do processo de mudança linguística, especificamente, no caso do uso do presente do subjuntivo, essas construções não se apresentaram tão frequentes no vernáculo mineiro como no baiano, fato que se manifestou pela recorrência, em índices mais altos, dos usos do presente do indicativo e de estruturas alternativas nos dados de Muriaé-MG. Conforme a autora, para caracterizar o fenômeno em estudo, foi necessário verificar a atuação de fatores estruturais e sociais na coocorrência indicativo/subjuntivo e no uso de estruturas alternativas, bem como identificar os aspectos sintáticos e semânticos apresentados por essas estruturas.

⁹ São os verbos volitivos, ou seja, que resultam da vontade; determinado pela vontade ou causado por ela; em que há intenção: ação volitiva. (Dicionário Online de Português).

A conclusão de sua pesquisa pode ser sintetizada nas seguintes palavras: a expressão das modalidades típicas do subjuntivo apresentou nas duas sincronias pontos em comum e características díspares. Eis os pontos afins: alto índice de uso de estruturas alternativas (em torno de 70%), exceto em contexto de sentenças relativas; coocorrência indicativo/subjuntivo, sobretudo em contexto de adverbiais e relativas. Referente aos pontos díspares, cada quadro sincrônico do fenômeno apresentou-se ímpar em relação à atuação de fatores estruturais e sociais. Com isso, atestamos, assim, a validade da hipótese de que o fenômeno do não-uso do subjuntivo encontra-se em estágio mais avançado na amostra mineira que na baiana.

Como respaldo à presente pesquisa, observamos em Rocha (1997, *apud* ALVES SANTOS, 2005) que, ao analisar a alternância indicativo/subjuntivo, nas orações subordinadas substantivas em português, constatamos que o verbo da oração matriz é uma variável muito importante na determinação da alternância entre os modos verbais citados, embora não seja a única. A autora afirmou que a factividade, de uma forma geral, desfavorece o uso do modo Subjuntivo, enquanto a não-factividade o favorece. Além desse aspecto, verificamos que a presença dos traços semânticos de volição e emotividade/avaliação propiciaram ainda mais o emprego do subjuntivo, concluindo que os verbos não-factivos não-volitivos favorecem o subjuntivo, e os verbos não-factivos volitivos favorecem ainda mais a seleção desse modo. Isso também foi atestado em Alves Neta (2000; 2006), conforme explanação que segue:

a) a atitude proposicional do sujeito da oração principal (o que, por sua vez, vai determinar o valor semântico [+ factividade] da oração subordinada substantiva), expresso pelo verbo – Modalidades: certeza, volição, possibilidade, causa, necessidade, julgamento e sentimento;

b) atitude do falante em relação à existência do ser expresso pelo sujeito da oração subordinada adjetiva (nesse caso, a Modalidade não é expressa por um elemento linguístico específico) – Modalidades: existência possível, existência garantida;

c) atitude do falante em relação ao fato expresso pela oração na qual se verifica a presença do advérbio talvez - modalidade de dúvida; (Grifos da autora)

d) Atitude do falante em relação ao ouvinte, nesse caso, a modalidade é expressa por formas de polidez em estruturas que denotam

pedido/ordem, cujo valor semântico([-factividade]) é determinado essencialmente pela entonação atribuída à sentença e fatores não linguísticos.

(ALVES NETA, 2000; 2006, pág. 258).

Ao mencionar as referidas atitudes, a autora deixou claro que esses conceitos [de + factividade e - factividade] foram elucidações, para que o leitor tivesse uma visão mais evidente da intervenção desses fenômenos na variação dos modos subjuntivos e indicativos.

No presente estudo, trabalhamos com as variáveis sociais: nível de escolaridade e faixa etária e mudanças linguísticas no modo subjuntivo, corroborando as mesmas variáveis utilizadas por Alves Neta (2000). Podemos adiantar que o resultado geral que encontramos em Goiás, nos municípios pesquisados na Região metropolitana de Goiânia, foi muito semelhante ao da autora, visto que respondem afirmativamente ao nosso questionamento em relação ao modo subjuntivo estar em fase de transformação na língua falada.

Em um estudo comparativo entre São Luís do Maranhão e São Paulo, Wendel Santos (2014) pesquisou a alternância de formas indicativas e subjuntivas, em contextos nos quais ambas as formas são possíveis em orações subordinadas adverbiais, substantivas e relativas. Para o autor, formas indicativas e subjuntivas funcionaram mais propriamente como formas alternantes, em análise que incluíram grupos de fatores sociais, cidade de origem, sexo/gênero, escolaridade e faixa etária, e linguísticas, tempo verbal, ordem de orações do período, presença de elementos de negação, entre outros. Os dados paulistanos e ludovicenses foram analisados separadamente, embora para cada conjunto de dados e, ao final, tenham sido analisados também globalmente, no sentido de testar estatisticamente as diferenças entre as duas cidades. Todos os testes foram desenvolvidos com o pacote GoldVarb¹⁰, com os seguintes resultados, segundo pôde ser observado nos dados da pesquisa do autor. Para as orações adverbiais, o tempo verbal da subordinada mostrou-se como uma variável importante, tanto para os dados ludovicenses quanto para os paulistanos, o presente favoreceu o emprego do indicativo; já o tipo de subordinador mostrou-se relevante apenas para os

¹⁰ Versão para ambiente Windows do pacote de programas VarbRul - do inglês *Variable Rules Analysis*, "é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística" (GUY e ZILLES, 2007, 105).

paulistanos, que tenderam a empregar o modo indicativo em orações condicionais com “se”, mas tendem a favorecer o subjuntivo nos demais casos.

Por outro lado, verificou-se um padrão indicativo de mudança em tempo aparente, na direção do indicativo, em São Luís, mas não em São Paulo. Já nas orações substantivas, o verbo da oração principal foi selecionado para as duas amostras: verbos cognitivos favoreceram formas do indicativo. Entre paulistanos, também se verificou como relevante o tempo verbal da oração principal, o presente favoreceu o indicativo, enquanto passado e futuro favoreceram o subjuntivo. O grupo “faixa etária”, segundo o autor, ofereceu resultados interessantes: há indicativo de mudança na direção do modo indicativo, tanto na fala ludovicense quanto na paulistana, mas, no primeiro caso, o padrão curvilíneo foi linear, o que indicou mais prototipicamente um progressivo aumento na tendência do emprego de formas indicativas.

CAPÍTULO 2

2 O ESTUDO DO SUBJUNTIVO NO BRASIL

2.1 O QUE OS GRAMÁTICOS E OS LINGUISTAS CONSIDERAM SOBRE O MODO SUBJUNTIVO

Para essa pesquisa, fizemos um recorte de gramáticas escolares brasileiras de décadas anteriores, levando em conta as décadas de 1970 até as recentes, visto que as variantes sociais de idade e de escolaridade são importantes para a presente pesquisa.

Cunha (1972, p. 368) “chama de modo verbal” as diferentes formas que toma um verbo para indicar atitude de certeza, de suposição, de mando, etc., da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia”. Como é sabido há em português três modos verbais, o Indicativo, o Subjuntivo e o Imperativo que aparecem referidos, porém, nessa gramática, não há explicação de como empregar esses modos verbais, apresentando apenas conjugações nos modos indicados. Essa é uma gramática que tem o selo do Ministério da Educação (MEC) para uso nas escolas.

Cunha & Cintra (1985, p. 368) apontam o mesmo conceito para os modos verbais, chamando de “modo verbal as diferentes formas que toma um verbo para indicar atitude de certeza, de suposição, de mando, etc., da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia”. Apesar de esclarecer o uso, é uma gramática que não aborda exemplos, e é indicada também pelo MEC, com apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Bechara (1997, p.104 a)) expõe tanto significado quanto exemplos: “os modos do verbo são: Indicativo, em referência a fatos: canto, cantei, cantarei. Subjuntivo, em referência a fatos duvidosos, prováveis, possíveis: talvez cante, se cantasse. E Imperativo que exprime ordem, pedido, convite, conselho súplica: cantai”.

Guimarães & Guimarães (1997), na obra *A gramática lê o texto*, abordam uma descrição detalhada em relação às outras citadas. Para as autoras, modo é a forma de expressão do falante: seja de dúvida, ordem e certeza, correspondendo a Subjuntivo, Imperativo, Indicativo. Ainda esclarecem que:

os verbos conjugados no subjuntivo são marcados pela subjetividade do falante, isto é, eles mesmos expressam uma vontade, um desejo,

uma dúvida, ou então se ligam a outros verbos ou advérbios que expressam essa personalidade; é por essa razão que tratamos o subjuntivo como uma forma subordinada. (GUIMARÃES & GUIMARÃES, 1997, pág. 94).

E sobre o indicativo, reforçam que:

é o modo que o falante normalmente reserva para a comunicação mais real. Esse conceito é o que estabelecemos como padrão, pois há alguns tempos verbais que tratam também do aspecto hipotético de um processo, como o **futuro do pretérito**, razão pela qual ele era denominado **condicional**. Mas não é a hipótese a única marca desse tempo; ele marca também, um fato passado posterior a um tempo que se fala, como por exemplo: **Vi** naquele momento, que algo **aconteceria** com meu coração. (Grifos das autoras).(GUIMARÃES & GUIMARÃES, 1997, pág. 94).

O imperativo, para as autoras, marca claramente a atitude do emissor da mensagem: “Saia, agora!” “Mude, por favor.” A natureza da comunicação do falante está clara na expressão de ordem, de comando ou súplica.

Para Bechara (2010), o estudo do tempo verbal assinala

a posição do falante com respeito à relação entre a ação verbal e seu agente ou fim, isto é, o que o falante pensa dessa relação. O falante pode considerar a ação como algo feito, como verossímil – como um fato incerto –, como condicionada, como desejada pelo agente, como um ato que se exige do agente, etc., e assim se originam os modos: indicativo, subjuntivo, condicional, optativo, imperativo. (BECHARA, 2009, pág. 194).

Nesse sentido, quando em situação de fala, em que o falante considera a ação e seu agente, é possível que varie o modo subjuntivo pelo indicativo, no sentido de poder entender a ação como algo feito, como verossímil.

Almeida (2009, p. 225) considera “como modo verbal, a maneira por que se realiza a ação expressa pelo verbo. De três maneiras podemos enunciar uma ação; daí, os três modos verbais.” Para autor, o modo indicativo indica que a ação expressa sobre o verbo é exercida de maneira real, categórica, definida, quer o juízo seja afirmativo, quer negativo, quer interrogativo. O modo subjuntivo, abstraindo o imperativo, indica esse modo que o verbo não tem sentido, caso venha subordinado a outro verbo, do qual dependerá para ser compreendido. O modo subjuntivo para esse autor indica dependência também, quando o fato é duvidoso ou indeterminado, sendo, por isso, chamado modo da possibilidade. “O imperativo indica que a ação

verbal se faz com império” (ALMEIDA, 2009, p. 227). Nessa gramática, consideram-se três formas desse modo:

- a) O modo imperativo pode indicar exortação, como em: (*Ouve este conselho-Segui o caminho da honra*), e súplica: (*Dá-me uma esmola-Fazei-me esse favor*).
- b) A negativa repele o imperativo; o imperativo negativo é feito com o subjuntivo. Não se deve, portanto, dizer: *Não farei caso – Não deixai sair o menino – e sim, Não façais caso – deixeis sair o menino – Jamais digais isso – Nunca faças a outrem...* (Grifos do autor)

O autor (op. cit.) quer dizer que o imperativo, quando negativo, tira-se o modo para todas as pessoas do tempo presente do subjuntivo, lembrando que para esse modo verbal não há primeira pessoa do singular e nas terceiras pessoas usamos o pronome “você/vocês”, como nos exemplos: “não louves” (tu), “não louve”(você), “não louvemos” (nós), “não louveis” (vós), “não louvem” (vocês). Na posição de positivo, o imperativo continua a ser tirado do subjuntivo, com exceção da 2ª pessoa do singular e da 2ª do plural. Essas formas correspondem às pessoas do tempo presente do indicativo, mediante supressão do “s” final: “louva” (tu), “louve”, “louvemos”, “louvai” (vós), “louvem”. Nessa gramática de Almeida (2009), percebe-se que há mais informações sobre os modos verbais que nos outros gramáticos pesquisados.

Rosa (2011), em um trabalho sobre historiografia da gramática brasileira, coloca a modalidade verbal como segunda categoria. Nesse sentido, explica que “o modo verbal estava diretamente ligado aos tipos de frases; então, cada modalidade de frase correspondia a um modo específico do verbo” (ROSA, 2011, pág. 114). Já, segundo Neves (2002, *apud* ROSA, 2011):

Protágoras dividiu a composição retórica em quatro modalidades de frase: impreciação (*eucholé*), interrogação (*érotesis*), resposta (*apokrisis*) e ordem (*entolé*). Aristóteles também distinguiu os tipos (*schémata*, “figuras”) de elocução como a ordem (*entolé*), o pedido (*euché*), a narração(*diégesis*), a ameaça (*apeilé*), a interrogação (*eróteses*) e a resposta (*apókrisis*), seis modos são previstos por Aristóteles, em contrapartida os estoicos nem trabalham com o conceito gramatical de modo.

Coube aos gramáticos separarem, de um lado, os tipos de frases e, de outro, os modos que se distinguiram daqueles, porque possuíam formas gramaticais

próprias. Os gramáticos, por sua vez, buscaram sua indicação dos modos na existência de formas externas particulares, isto é, de formas gramaticais próprias.

Rosa (2011) ainda afirmou que todos os gramáticos da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) são unânimes ao assinalar o conceito de modo verbal, enquanto a escola reforça como deve procedê-los na variante padrão; entretanto, os falantes da língua portuguesa insistem em mudar o verbo do modo subjuntivo pelo indicativo. Acreditamos que exista uma explicação para tal mudança, o que discutimos aqui por meio de alguns questionamentos: A) até que ponto a forma verbal do tempo Pretérito Perfeito do Subjuntivo (com terminação em -sse) indica incerteza na atitude do falante? B) E, concomitantemente, o tempo do Presente do Indicativo indica certeza? C) Os fatores sociais, escolaridade e idade são relevantes às substituições? São questionamentos, cujas respostas intentamos alcançar.

A escola representa um grupo na sociedade tido como “intelectual”, tendo raízes muito fortes na tradição da língua padrão desse grupo social que usa o dialeto formal. Apesar de a escola adotar metodologias diferenciadas, como, por exemplo, de ensinar a gramática contextualizada em gênero textuais, ainda se encontra muito distante da realidade do aluno que usa a língua de forma coloquial.

Castilho (2016), no livro *Gramática do português brasileiro*, assevera que, para entender os modos verbais, é necessário considerar que uma sentença se compõe do *modus* e do *dictum*. O primeiro diz respeito à avaliação em que o falante faz sobre o *dictum*, considerando-o real, irreal, possível ou necessário. No Português brasileiro, os modos indicativo, subjuntivo e imperativo apresentam uma propriedade discursiva comum, porque representam os atos de fala. É possível que o falante, em um ato de fala, distante dos padrões escolares, use a variação desses modos.

2.2 O ESTUDO DE GRAMÁTICA NA ESCOLA

A discussão sobre a escola, nessa pesquisa, fez-se pertinente pelo fato de analisarmos a mudança social “escolaridade”, que foi de 0 a 15 anos. O questionamento que se fez ao longo do texto foi: levando-se em conta se o informante estudou na escola, ou não estudou, ele muda o pretérito imperfeito do subjuntivo para o perfeito do indicativo?

Quando uma criança vai à escola, sabemos que ela domina a variante coloquial de seu grupo, podendo ser próxima da padrão ou não, visto que irá depender do grupo socioeconômico em que essa criança vive. Sabe-se que, quanto mais desprovida de letramento, menos chance ela terá de ter contato com a “língua-padrão”. Assim, não se pode perder de vista a importância da gramática escolar na condução da reflexão sobre linguagem dos indivíduos. Acreditamos que ela seja um suporte para os professores no trabalho com a organização gramatical da língua, bem como para o aprendiz que será submetido à ação da escola no campo da linguagem. Indiretamente, podemos considerar que a gramática também atinge os falantes comuns, membros de uma família e de uma sociedade que submetem suas crianças e seus jovens à ação da escola.

A partir da história, Ana Carolina Sperança-Criscuolo (2014) retomou que, até o século XIX, o ensino da língua materna mantinha a tradição gramatical iniciada pelos gregos. Acreditava-se que o conhecimento da estrutura da língua, morfologia e sintaxe, garantiria as habilidades de produção e compreensão de texto. Para a autora, o mesmo procedimento das investigações linguísticas era utilizado no ensino. Isso pelo fato de haver apego à nomenclatura gramatical da língua, além de se considerar apenas uma variante correta. Isso aconteceu até a data de 1950, em que o ensino era acessível para a elite.

Mais tarde, o problema da variação de nomenclatura utilizada pelos professores foi contornado pelo MEC, que reuniu gramáticos para compilar termos técnicos no campo, por causa da variação utilizada por professores que eram a elite cultural. Dessa forma, o MEC estabeleceu que o ensino de gramática deveria ser uniforme em todo Brasil (SPERANÇA-CRISCUOLO, 2014). Mesmo assim, a língua, como um dos conteúdos de ensino, permanece ligada à abordagem tradicional, correta, cujo principal paradigma é a classificação, e isso revela um estágio deplorável.

Em 1980, com o advento do estudo da Linguística, a partir de 1960, surgem muitos trabalhos acadêmicos, questionando o ensino da gramática normativa no ensino de língua portuguesa, tais como: a sociolinguística, a linguística textual, pragmática, semiótica, dentre outras.

Em 1997, O MEC criou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com o intuito de padronizar o ensino de língua portuguesa, orientar os professores com relação às novas teorias, sem qualquer privilégio. Nesse momento, a gramática fica

de lado e entra como foco principal “o texto”, a partir dos Gêneros Textuais, dos mecanismos de coesão e coerência. A gramática normativa passa a ser fortemente criticada, levando o ensino a ser ministrado somente em atividades de leitura, produção e compreensão de textos, desconsiderando que o estudo de texto também passa pela gramática.

É possível, a partir dessas considerações que, segundo Sperança-Criscuolo (2014, p. 26), “o problema nunca esteve no ensino da gramática, propriamente, mas como se deu esse ensino, e qual era o objetivo pretendido com ele.” Até hoje, professores mudam metodologias, mas continuam ensinando gramática. Rosa (2011), em um estudo historiográfico e linguístico sobre as gramáticas brasileiras, afirma:

No que diz respeito à Sintaxe, o salto qualitativo em relação às gramáticas do primeiro período, foi enorme e possibilitou a divulgação de novas teorias linguísticas. A partir e então, a escola começou a explorar de forma obrigatória a análise sintática que, inclusive, atualmente, causa medo naqueles que não sabem por que devem fazer isso. As aulas de gramática passaram a ser aulas de análise sintática em que o professor dissecava uma oração em partes menores: termos essenciais e termos integrantes. (ROSA, 2011, p. 137).

Rosa (2011) diz que a luta da gramática está ligada à nacionalidade brasileira. O importante é associar a história aos estudos científicos sobre a língua, o que é tão criticado. As práticas, na atualidade, puderam esclarecer muitos pressupostos equivocados no ensino de gramática. Dissociá-la do uso com a finalidade de classificar elementos linguísticos, realmente e de fato, não garante a competência do aluno; entretanto, não se pode negar que a gramática de uma língua está na base de qualquer atividade de Linguagem (SPERANÇA-CRISCUOLO, 2014). Ao pensarmos nas dificuldades que os alunos têm em ler, escrever e compreender textos, é preciso que façamos uma análise, a partir da interação professor-aluno-ensino, verificando de que maneira os elementos linguísticos se refletem na intenção do falante.

2.3 LÍNGUA ORAL E LÍNGUA ESCRITA

Outro processo que deve ser analisado na escola é a diferenciação entre língua oral e língua escrita. Para Fávero *et. al.* (2003, p.69) “ao tratar da fala e da

escrita, é preciso lembrar que estamos trabalhando quando as modalidades pertencentes ao mesmo sistema linguístico: o sistema da língua portuguesa, com ênfase diferenciada em determinados componentes desse sistema”. Os pesquisadores de modo geral têm encontrado várias razões para justificar língua oral e escrita. Essa pesquisa, não foge a essa regra. A esse respeito Akinnaso (1982) afirma:

A escrita é essencialmente um processo mecânico, sendo necessárias à manipulação de um instrumento físico é a ordenação consciente de habilidades específicas motoras cognitivas. Assim a escrita completa e irremediavelmente artificial, enquanto a fala é um processo natural, fazendo uso dos meios assim chamados órgãos da fala. (AKINNASO, 1982, pág. 113, apud FÁVERO et. al., 2003, pp. 69-70).

Outros autores, como na opinião de Gívon (1979, *apud* FÁVERO et. al., 2003), a língua escrita é uma transposição da oral, sendo óbvio que ela tenha diferença da fala; entretanto, o funcionamento da língua falada intervém na escrita, tais como: egocentrismo, simplificação, falta de planejamento, possibilidade de perceber dispositivos e sua decodificação. Verificamos, ainda, que a língua falada não possui uma gramática própria, embora suas regras de efetivação sejam diferentes em relação à escrita.

Nesse sentido, outros pesquisadores chegaram às mesmas evidências, como Marcuski (1993, juntamente com Driemam, 1962, *apud* FÁVERO et. al., 2003, p.70-71) “através do trabalho quantitativo, encontraram-se as seguintes características para a língua escrita: palavras mais longas, mais os objetivos atributivos, um vocabulário mais variado”.

No entanto, ao mesmo tempo que esses pioneiros estudos atribuíram grandes descobertas léxicas entre a língua falada e escrita, eles não descartaram a possibilidade de similaridade entre elas, pelos seguintes fatores: “contexto da proposta do evento discursivo; natureza da atividade comunicativa apropriada ao evento discursivo; conhecimento partilhado entre os participantes e nível de conhecimento linguístico” (GRUNNER, 1962 *apud* FÁVERO et. al., 2003, p. 71).

Fávero et. al. (2003) observam que na análise de texto falado ou escrito é preciso identificar se os componentes fazem parte da situação comunicativa, com suas características pessoais, a saber: personalidade, interesse, crenças, modos de emoções. E, ainda, do seu grupo social, que designa: classe social, grupo étnico, sexo, idade, ocupação, educação, entre outros. Eles favorecem interpretação de

papéis dos interlocutores (falante-ouvinte-audiência facultativa/escritor-leitor). Isso em um evento particular determinado, dados os componentes da linguística do texto. Outra questão, analisada por Fávero *et. al.* (2003), é a observação do papel social dos participantes (poder e status) nas relações pessoais, preferências e a extensão do conhecimento compartilhado. Por exemplo, falantes da periferia se comunicam com os do centro da cidade muito bem.

Como nosso intuito foi verificar a mudança do uso do tempo do pretérito imperfeito do subjuntivo pelo pretérito perfeito do indicativo, o aspecto temporal foi muito importante para nós. Ao avaliar as narrativas nas entrevistas, percebemos a extensão do espaço-temporal compartilhada pelos participantes da interação. Fávero *et. al.* (2003, pp. 72-3) realizam o esquema nas páginas citadas dos componentes que fazem parte de uma situação comunicativa (falada ou escrita).

Não vamos nos ater ao quadro apresentado por esses autores, entretanto, a referida obra apresenta, à pág. 76, uma fala de conversação espontânea que nos interessa, visto que a autora aborda o fato de a discussão espontânea apresentar a possibilidade de o ato de fala ser planejado. Existe uma rapidez com que os interlocutores constroem seu texto que vai resultar em descontinuidade no fluxo internacional, enquanto em escritas o produto possui uma criação. Biber (1988, p.18, *apud* FÁVERO *et. al.*, 2003, p.78):

distribui quatro gêneros textuais dentro de um contínuo , e como base em quatro traços linguísticos percebeu-se muitas nominalizações e passivas que acordo com por gêneros textuais, por exemplo, num texto científico, o rigor /e maior com a escrita e fala, enquanto que na ficção, privilegia a conversação.

É verdade que há um grau de distanciamento em envolvimento dos falantes. Não são exatamente iguais. Essa pesquisa privilegia a fala na sintaxe, não enfatizamos textos escritos. Entretanto, de qualquer forma, é necessário que professores e escola saibam das operações na produção do texto escrito, a partir do texto falado. Neves (2012, pág. 136) expõe que “ o falado e o escrito , excluída qualquer rigidez de dicotomização, diferem quanto aos modos de aquisição, métodos de produção, transmissão, recepção e, mesmo, estruturas de organização.” Para Fávero *et. al.* (2003), há certa dificuldade em estabelecer parâmetros para

relacionar a fala com a escrita, visto que não depende de uma tipologia de texto, e sim tentativas de elaboração de tipologias, em que os gêneros se misturam.

2.4 OS FALARES NO ESTADO DE GOIÁS

Durante as pesquisas para esse trabalho, com o objetivo de saber a origem dos falantes das comunidades pesquisadas, a fim de verificar se essa origem influenciou na variação do Subjuntivo para o Indicativo, na Região Metropolitana de Goiânia, a saber: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, foi aplicado um questionário semiestruturado aos informantes, chamado “ficha social”. Com isso, foi possível saber a origem dialetológica de seus antepassados. Com que objetivo? Perceber quais os dialetos que contribuíram para a variação. Trabalhamos com a hipótese de que a variação do modo Subjuntivo para o Indicativo tenha se originado na fala rural e/ou de outros falares que contribuíram para a fala goiana.

No *Atlas Linguístico de Goiás* (MILANI *et. al.*, 2015), os autores ressaltam que há muitos vocábulos com léxicos distintos em função da dialetalização:

A história contada por aquelas bandas aponta para uma ebulição de pessoas das mais diversas origens, mas fica sempre marcada a entrada de pessoas de origem nortistas e nordestinas, junto com a exploração econômica do gado, de origem sulista de paulistas e mineiros, com as bandeiras e a presença original de indígenas. (MILANI *et. al.*, 2015, pág. 276).

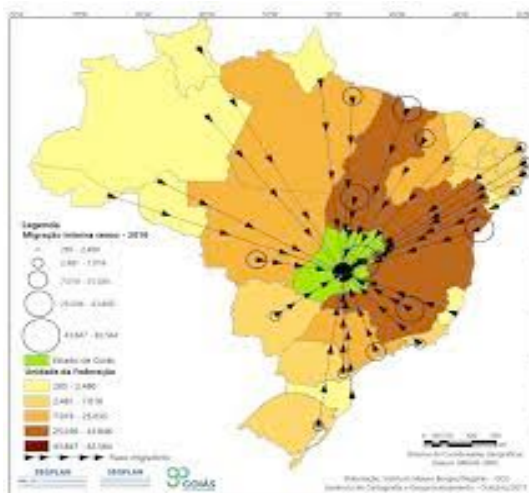
Percebemos que, em 18 entrevistas feitas nessa pesquisa, levando-se em conta os pais dos informantes: 4 vieram da Bahia, 6 de Minas Gerais, 2 do Maranhão, 4 de Goiás, 1 informante é filha de uma índia da região de Abadiânia, em Goiás e 1 do Ceará. Conseqüentemente, nas comunidades pesquisadas, há miscigenação de falares. Em uma comparação, temos origem do falar mineiro em maior quantidade, seguido do baiano e, em terceiro lugar, vem o goiano, sendo os demais em menor quantidade, em contar os falares rurais de Goiás, segundo Milani (*op. cit.*). Isso tem influência na língua goiana das comunidades pesquisadas? Podemos dizer que haja muita influência, especialmente aos filhos destes que desenvolveram uma língua vivenciada pelos pais e comunidade. Segundo Cardoso (2010),

a dialetologia é um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica. O espaço geográfico evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, à própria base linguística preexistente à interferência de outras línguas que se tenham feito presentes naquele espaço no curso de sua história. (CARDOSO, 2010, pág. 15).

A autora (*op. cit.*) nos mostra que o espaço geográfico é particular de cada terra, ao evidenciar a variedade que uma língua (ou um falar) apresenta de uma região para outra, visto que, combinada com a diversidade cultural e a forma demográfica da área, ali estão presentes a própria base linguística e a interferência de outras línguas, no espaço, ao longo da história. É interessante que isso se manifesta também no vazio geográfico e é denunciador, do mesmo modo, de informações as mais diversas e pertinentes, para se deparar com o confronto linguístico.

Conforme o mapa abaixo, percebemos que os habitantes preferem os lugares mais populosos. Onde havia florestas, a agricultura tradicional cessou e, por essa razão, as pessoas abandonaram o território, foram viver nas cidades, com isso vão se misturando.

Figura 1 - Imigrantes de Goiás no território brasileiro de 2005/2010.



Fonte: IMB Instituto Mauro Borges (2015)

O Instituto Mauro Borges (2015) ilustra a distribuição dos imigrantes de Goiás, em território brasileiro de 2005/2010. No mapa, evidenciamos que a maior parte dos

emigrantes são oriundos do Distrito Federal (82.566), Maranhão (43.846), Bahia (37.144), Minas Gerais (36.617) e Tocantins (31.176).

Apresentamos esse mapa para demonstrar que esse percentual está de acordo com nossa metodologia nos dados das regiões pesquisadas. Nele, percebemos uma grande emigração de pessoas, vindas de outros estados para Goiânia. A cor mais escura revela os falantes dos estados que mais migraram. São muitas as razões que levam os indivíduos a saírem de seu território natural para outro. Uma delas é procurar melhores condições de emprego. Os informantes pesquisados moram na Região Metropolitana de Goiânia há pelo menos 20 anos, isso quer dizer que já é possível perceber a mistura de falares e compreender a avaliação do modo Subjuntivo para o Indicativo, na sintaxe.

Assim, pretendemos verificar, após as análises das entrevistas, por que o falante de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, apesar de ter frequentado a escola que ensina a língua padrão, muda o modo Subjuntivo para o Indicativo, na sintaxe. Por outro lado, além de pesquisar as comunidades citadas, esse trabalho fez questão de abordar a sintaxe histórica, por acreditar que todo pesquisador precisa valorizar a história da Língua Portuguesa. Defendemos a tese de que os linguistas deveriam justificar seus estudos de língua nos acontecimentos do passado, ou seja, de forma diacrônica, assim compreenderiam melhor sua evolução. A esse respeito Coutinho (1976) ressalta que:

o objeto da Gramática Histórica é muito mais amplo que o da Gramática Expositiva, Descritiva ou Prática. [...] **As transformações por que passa a língua não se deram por acaso**, elas obedecem a tendências naturais, hábitos fonéticos espontâneos. A constância e regularidade, que se observa em tais transformações, permite ao “pesquisador” formular-lhes os princípios e leis. O estudo destes princípios se faz na Gramática Histórica (COUTINHO, 1976, pág. 13). (Grifo nosso).

Silva Neto (1976, p. 84) assinala que “o estudo diacrônico é indispensável ao conhecimento da língua. Ele nos ensina tudo: tocado pela varinha mágica, cada vocábulo nos conta a própria história, cada forma repassa por todas as metamorfoses”. Assim, no próximo capítulo, através da sintaxe histórica, pretendemos preencher as lacunas deixadas, nessa pesquisa, pela mudança do modo subjuntivo.

CAPÍTULO 3

3 A SINTAXE HISTÓRICA PORTUGUESA E BRASILEIRA NAS OBRAS DE EPIFHÂNIO DIAS E SAID ALI

As pesquisas de sintaxe e semântica fizeram-no o guia insuperável na matéria. Só o português Augusto Epifhânio da Silva Dias pode a ele ser comparado. Porém a preocupação de Epifhânio quase sempre se restringia no surpreender o fenômeno linguístico, relacionando-o, não poucas vezes, ao latim. Mestre Said Ali não parava no registro do fato. Seus olhos de lince, levados por incomparável erudição, iam pousar nas razões mais profundas de um giro. Suas leituras nas obras de Hermann Paul, Wundt, Bréal e outros levaram-no a não dissociar "do homem pensante e da sua psicologia as alterações por que passou a linguagem em tantos séculos. (BECHARA [s/d] pág. 167).

Nesse capítulo fizemos uma descrição da sintaxe histórica portuguesa do modo subjuntivo. Mantivemos no texto atual os termos originais de Epifhânio Dias: *Syntaxe, conjunctivo, principaes e hypotético*, como forma de tradição da sua obra histórica. Nas palavras de Manuel Said Ali (1964, pág. 16), “a sintaxe considera oração ou proposição como um todo, e as palavras que constituem como termos essenciais ou secundários da proposição”, por isso, especial no estudo das línguas. Além de ser essencial no domínio da estrutura frasal (sintaxe), o que é essencial na obtenção do significado pretendido.

Em a *Syntaxe Histórica Portuguesa*, de Augusto Epifhânio da Silva Dias (1918), publicado em Lisboa, o autor dedicou sua obra ao importante linguista e filólogo português Dr. José Leite de Vasconcellos. Na Parte I, *Da ligação das palavras na oração*, o autor discorre sobre as concordâncias entre sujeito e predicado, bem como desenvolve uma explanação sobre as classes de palavras. Na Parte II, *Do emprego dos modos e tempos e da ligação das orações*, o objeto principal de descrição são os modos e tempos verbais e, somente nessa seção, o autor reflete sobre ligação das orações, isto é, trata diretamente da Sintaxe. E, ainda, discorre sobre a coordenação e a subordinação, apresentando as classificações das orações.

Manuel Said Ali (1964) também trata do assunto em sua *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Mesmo falando da Língua

Portuguesa, com ideias semelhantes às de Epifânio Dias, visto que, no prólogo de suas gramáticas, os dois autores têm como objetivo expor as doutrinas das regras gramaticais relativas à nossa língua, atendendo às necessidades e conveniências do ensino secundário, embora Said Ali (1964) faça uma descrição histórica da língua portuguesa. Além do mais, o autor em questão fez algumas descrições de Eduardo Carlos Pereira (1929) e, por mais tímidas que sejam, influenciou-nos e contribuiu para o tema desse trabalho.

Em primeiro lugar, descrevemos a parte II - que trata do modo verbal subjuntivo (subjuntivo) -, por ser nosso objeto de estudo. Em segundo lugar, comparamos a ligação nas orações simples, coordenadas e subordinadas, no uso do modo subjuntivo na Sintaxe, com Manuel Said Ali (1964).

Augusto Epifânio da Silva Dias, em *Sintaxe histórica portuguesa*, divide o modo subjuntivo de duas formas: a primeira, em orações principais e, a segunda, em orações subordinadas.

3.1 SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES PRINCIPAIS

Nas orações principais, empregamos o subjuntivo de modo independente, fazendo as vezes de 1ª e 3ª pessoa do imperativo e nas proibições:

(1) Estemos quedas, e ajamos boa esperança (Fab. 57).

(2) Não saybas mais do necessário, porque não fiques boto (H. P., 235v.236). (SILVA DIAS, 1918, pp. 197-198).

Também tem sentido imperativo as orações do pretérito imperfeito, ou mais-que-perfeito do *conjunctivo*, coordenada a uma oração condicional, correspondendo esse conjunto ao pedido hipotético do irreal. Acreditamos que modo irreal e real, aqui, digam respeito às ações que são usadas no indicativo com valor de subjuntivo. Por exemplo:

(3) fosses e verias (= Se tivesses ido, verias). (SILVA DIAS, 1918, pág. 198).

Epifânio da Silva Dias (1918) faz uma observação, dizendo que, como correspondente aos períodos hipotéticos do real, empregam-se orações do

imperativo (do subjuntivo que substituem o imperativo) coordenadas orações do futuro indicativo. Como no exemplo:

(4) Vae e verás (= Se fores, verás). (SILVA DIAS, 1918, pág. 198).

Com sentido de imperativo emprega-se o subjuntivo no mais-que-perfeito ou no pretérito imperfeito, servindo para exprimir o que deveria ter sido feito em contraposição ao que se fez. O autor chama isso de *Jussivo* do passado.

(5) Mas quem tão fora estava na verdade/ já que o juízo humano tanto erra,/ Pera do que mais certo se informara,/ ao campo Damasceno perguntara (Lus., III, 9). (SILVA DIAS, 1918, pág.198).

Na mesma seção, o estudioso português diz que o subjuntivo serve para exprimir um desejo. Ele o chama de subjuntivo optativo, como simples expressão optativa, porém, não se usa na 2ª pessoa e, geralmente falando, na 3ª pessoa, só em frases estereotipadas, segundo o exemplo abaixo:

(6) Queira Deos [Deos queira]- Praza aos céus – O diabo seja surdo. Deos seja nesta casa. E provessem a Deos que tivessem todos os príncipes taes pagens (H.P.,1 42.) Senhor, seja bem chegado (Prestes, 63). (SILVA DIAS, 1918, pág. 198).

Além do mais o subjuntivo optativo tem lugar, particularmente, em todas as pessoas: combinado com uma oração condicional, formando o primeiro membro de um período comparativo, como nos exemplos que seguem:

(7) Eu não viva mais que uma hora, se isto não é verdade.
 (8) Assim eu tenha saúde, como isto é verdade. (SILVA DIAS, 1918, pág. 199).

Em orações introduzidas por algumas palavras e expressões como: “assim”, no português arcaico, “se”, que exprimem voto formulado a favor de alguém no caso de pedido (ex. 9); antepondo a interjeição na expressão “oxalá”, como no exemplo abaixo:

(9) Oxalá nunca saibas quão intenso e a prova é um meu tormento (Herc. Eur., 48). (SILVA DIAS, 1918, pág. 200).

E sempre que exprimir desejo, como a exclamação “quem”, “me”, será com uma oração de “que” com infinitivo ou com palavra substantiva. Said Ali (1964) acrescenta exclamações iniciadas pela conjunção “que”:

- (10) Quem me dera morrer em algum solto sombrio (Arraes 7). Oh Quem me dera ter nesse auditório todo o mundo! (Vieira, I, 686). Quem me dera que meu vida agora Hespanha...! (Id. Ibid.). Quem dera cá um batalhão de poetas como aquelle (Garret, Viagens,41)Que se apressem os que querem faceira a obra! (SAID ALI, 1964, pág. 169).

Usa-se também com a exclamação “tomara”, em todas as pessoas do verbo “poder” com infinitivo (Ex. 10). E, para finalizar, emprega-se o subjuntivo (nas três pessoas), com respeito ao presente, ao pretérito imperfeito; ao passado, ao pretérito imperfeito e ao mais-que-perfeito, como nos exemplos abaixo:

- (11) Tomára que me respondesseis a essa evidencia (Arraes,7).
 (12) Se é uma nova ilusão que Morpheu me envia...possa eu não acordar jamais! (Cast., Chave, 58).
 (13) Assim que der eu vivido! (Garret, Viagens, 212). Nunca eu fora ver tal! (Herc., Monge, II, 351). (SAID ALI, 1964, pág. 169).

O subjuntivo também se emprega independentemente, a par com indicativo, nas orações de “talvez quiçá”. Epifânio Dias (1918) chama esse fenômeno de subjuntivo potencial, como em:

- (14) No mundo todo talvez se não ache um país onde encontrem tam villans ridículas e absurdas construções públicas como essas quasi todas que há um século fazem em Portugal (Garrett, Viag., 180) talvez foi ele/ O primeiro cantor que.../ Soube entoar melodioso um hymno (Herc., Poes., p.23).

Emprega-se o subjuntivo na iniciação de casos que se pretende ou que se suponha se darem, casos que formam uma disjunção ou assindética com as expressões: “queira, não queira” ou com “quer... quer”, “ou... ou” , “quer queira, quer não queira”, como vemos em:

- (15) para os haver, fossem válidos fossem nulos (Herc. Cas. Civ., 66). Ou dissesse não, ou dissesse si, sempre ficava no laço (Vieira, I,77). Tenho 12 portas em cada rua assiste guarda imortal

armado de diamante, aberta sempre, ou caya a noyte triste, ou rindo a bela Aurora se levante (Blut.,46) A intolerância, quer venha da direita, quer venha da esquerda, é sempre a intolerância. (Herc., Cas. Civ.,101).

Eduardo Carlos Pereira (1929, p. 449) concorda com Augusto Epifânio da Silva Dias (1918) que o subjuntivo é o modo da possibilidade. É chamado de subjuntivo, por isso aparece na frase quase sempre em conjunção com verbo de outra proposição, de que depende, “pois subjuntivo significa (*sub-junctos* = “posto abaixo”) por estar em regra, na posição subordinada”. Entretanto, como vimos até o exemplo 15, o subjuntivo apresenta-se independente, apesar do seu caráter subordinado, em certas proposições simples ou independentes nos seguintes casos: com valor imperativo, para indicar concessão, valor optativo para indicar o desejo.

Em Said Ali (1964), encontra-se a mesma posição. Para o autor, o modo subjuntivo é próprio das orações principais optativas e das subordinadas em que se considera o fato incerto e duvidoso. O autor coloca também que pode substituir o imperativo nas frases negativas e supre o imperativo afirmativo nos tratamentos de você, o Sr., etc. e na 1ª pessoa do plural, o que está de acordo com Silva Dias (1918), ver exemplo 1. Ao invés de separar os casos de subjuntivo em orações principais e subordinadas, Said Ali (1964) os coloca como **casos particulares** envolvendo orações tanto com período simples como composto, que vamos citar ao longo do texto. (Grifo nosso)

3.2 SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES SUBORDINADAS

Para Epifânio Silva Dias (1918), as orações substantivas introduzidas pela conjunção “que” têm o verbo no *conjuntivo*. Para o autor, os verbos e locuções das substantivas e adjetivas, que exprimem ideia de: “por qualquer modo”, “fazer” ou “impedir” ou “querer” que uma coisa aconteça, “fazer”; “conseguir”; “exigir”; “aconselhar”, “votar”; “ordenar”, “proibir”; “conceder”, “consentir”, “desejar”, todos devem ficar no subjuntivo.

Said Ali (1964) completa essa assertiva, nos casos particulares sobre o subjuntivo, com mais verbos: “crer”, “cuidar”, “pensar”, “supor”, “imaginar”, “entender”, “presumir”, “achar” com significado de “pensar”. No caso do verbo

“parecer a alguém”, no indicativo, denota fato, entretanto, algumas vezes, na forma do subjuntivo. Para os verbos apresentados, observamos a seguir:

- (16) quando imagina crer o que é a latina (Camões). Não presumo que a vista me enganava (Camões). Eu imaginei que podia ser antiga Moro (Arrais). Cuidamos que foi a cruz que matou (Vieira). E pensava que eu pretendia salvar-te (Herculano). Pensei então que corria grande perigo (Herculano). Todos estes autores não conheceram nem supunham que eu anjo do Apocalipse representava S. Francisco Xavier (Vieira).

Para Silva Dias (1918), os verbos que exprimem ideia de temer e esperar que uma coisa aconteça; os que exprimem a ideia de admiração ou contentamento, descontentamento; dos que exprimem a ideia de ser raro, é provável, é possível, importar, ser necessário, ser justo, ser difícil, ser estranho ou por outro conceito semelhante ou, ainda, contrário a esses; dos que, de qualquer modo, exprimem ideia de achar ou declarar uma coisa, tal como representam as locuções precedentes. E ainda considera *conjunctivo*, os verbos que exprimem a ideia de acontecer, quando a expressão subordinante é negativa ou não representa uma realidade; do verbo “duvidar”, e depois do substantivo “dúvida” e do adjetivo “duvidoso”, quando empregados afirmativamente. Said Ali (1964) concorda com o subjuntivo nesses verbos citados acima, vejamos os exemplos:

- (17) Não me espanto que a mesma rainha se quisesse fazer fundadora. (Vieira)
 É possível que tenha saído.
 É possível que ele nos dê notícia.
 É justo que todos sejam contemplados.
 Consentiu que o acompanhasse na jornada. (SAID ALI, 1964, pp.168-169).

Entretanto, o gramático acrescenta que Antônio Vieira empregava nas exclamações não só o subjuntivo mas também o indicativo, principalmente se queria exprimir com mais ênfase a realidade de algum fato. Seguem os exemplos:

- (18) É possível que me tenham o mundo por profeta e não antevisse eu que de uma vista se havia de seguir um pensamento! É possível que eu sou celebrado entre benigno e piadoso e manda tirar a vida a um homem! (SAID ALI, 1964, pp.168-169).

Nas orações substantivas introduzidas pela conjunção “que” dependentes, Epifânio Dias (1918) considera verbos no subjuntivo quando exprimem a ideia de pensar ou saber, ou perceber; do verbo parecer; das locuções “ser certo”, “ser evidente”; dos verbos que exprimem ideia de provar ou declarar; dos substantivos e adjetivos correspondentes a esses verbos e locuções, quando a oração subordinante é negativa ou interrogativa de sentido negativo, e se pretende realçar a negação. Além do mais, as orações “de que” são dependentes do verbo pensar; dependentes do verbo subjuntivo e pertencentes a uma oração adverbial ou relativa, podem ter o verbo subjuntivo:

- (19) Não quer dizer ao Apostolo que não fosse verdadeira história. (Vieira I, 598). Cuidava que ele estivesse em casa. Se vissemos que um cego andasse apregoando, vendendo os olhos, não seria risos das gentes das mesma da natureza?(Vieira,I,667).

Said Ali (1964) corrobora a mesma ideia, em relação às orações substantivas introduzidas pela conjunção “que”, inclusive, visto que ambos os autores colocam uma observação sobre elas¹¹. No entanto, o gramático completa que se a oração substantiva exprime surpresa com a expressão **“quem diria”, diz-se com o verbo no modo indicativo**. (Grifo nosso).

Em relação às orações interrogativas com expressão de incerteza, tanto diretas como indiretas, podem ter o verbo no subjuntivo. Quando a oração interrogativa precede a subordinante, todas vão para o subjuntivo, como nos exemplos, a seguir:

- (20) Não sabia em que modo festejasse/ O rei pagão os fortes navegantes (Lus., VI, 1)
Viu-se perplexo, e atalhado s. Pedro, porque não sabia, qual fosse a atenção do seu Mestre neste ponto, que tanta consequência (Vieira, I,783)
Qual a matéria seja, não se enxerga (Lus., X,78). (DIAS, 1918, pág. 207).

Segundo Silva Dias (1918), tem-se o verbo no subjuntivo com as orações condicionais, se pertencentes ao período hipotético do ir real, no pretérito perfeito,

¹¹ O português arcaico médio emprega às vezes o subjuntivo(do presente e imperfeito) em lugar do indicativo (futuro) e condicional (do presente) nas orações substantivas dependentes dos verbos de declarar, particularmente, depois dos verbos de prometer e afiançar, ainda quando estes pertencem a orações afirmativas. (DIAS, 1918, pág. 205).

falando-se do presente ou do passado. As orações de “contanto que”, erupções sinônimas, como “tal o que” , “uma vez que” = “com tanto que”. Também, as orações consecutivas, quando exprimem simplesmente uma concepção, e não uma realidade. As orações finais, as causais (“de porque” e “que”) falando de coisas hipotéticas; as de “como quando” que servem para expor a sucessão de acontecimentos; as de “antes que” e “primeiro que”; as de “até que”, quando se quer exprimir propósito.

Nesse sentido, Said Ali (1964), concorda com Silva Dias (1918), afirmando que nos enunciados de caráter condicional, em que a hipótese é um fato inexistente e cuja realização não espera ou não parece provável, emprega-se imperfeito do subjuntivo, como nos exemplos:

(21) Se não houvesse ingrátidoens, como haveria fineza?
 Não podiam ser açoitados, podiam ter os filhos em seu poder, como qual que fossem havidos de mulher romana (Arráiz, 4,9, ap. Barreto, 174).
 Não vedes podeis cair, e que pode ser tal a queda, que funestes um dia tão alegre? (Vieira, I, 672).
 Nunca comeo [Job] huma fatia de pão que não partisse della com os pobres (Vieira, I, 1091).
 Não sei como diga, para que a entenda, a verdade que me abafa (Cast., Hist., I, 25).
 Ou porque for seja tarde, ou porque estivesse cansado, não quis ir. (DIAS, 1918, pág. 205).

Se alguém o visse, não o reconheceria. (SAID ALI, 1964, pág.171).
 Se eu pudesse, prestar-te-ia meu auxílio. (SAID ALI, 1964, pág.171).

Nas orações concessivas (de “ainda que”, “posto que bem que”, “conquanto”, *etc.*), quando se fala de uma coisa suposta, falando de caso real e nas introduzidas por “embora”, usa-se o subjuntivo. No entanto, têm verbo no indicativo ou no subjuntivo as orações causais de “como” e “como quer que”. E também, as de: “por mais- que”, “por muito- que”, “por que”, têm o verbo no subjuntivo ou no indicativo, quando fala de uma realidade. Augusto Epifhânio da Silva Dias (1918), nesse sentido, Said Ali (1964), em oração concessiva, a linguagem de hoje põe o verbo sempre no modo subjuntivo. Segundo a prática antiga, no tempo de Vieira e Bernardes, podia servir esse modo como indicativo:

(22) Ainda que ameacem puni-lo.
 Dá muita esmola embora não seja rico.
 Ainda que tirar pela espada contra seu inimigo(Vieira).

Ainda que atirou três vezes pela espada da oração. (Vieira)
 Posto que os cristãos na pescaria lhes queria meter grandes
 temores(Lucena). (SAID ALI, 1964, pág.170).

Silva Dias (1918) ressalta que as orações relativas têm o verbo no subjuntivo, quando exprimem uma concepção. As introduzidas pelo relativo “que” e “cujo”; as relativas de “quem”, equivalente a: “pessoa que”, “pessoas que”, quando a oração subordinada é “há”, “aparece”, “encontra-se”, “não falta”, ou outra expressão semelhante. E as orações relativas que determinam o adjetivo “pouco”. Em Said Ali (1964) se a proposição existencial tiver por sujeito o pronome “quem” ou o verbo “haver”, seguido desse pronome como sujeito da oração subordinada, o verbo na segunda oração irá para o subjuntivo, ainda quando todo enunciado tenha caráter afirmativo, como nos exemplos, abaixo:

(23) Quem há que não façam mesmo?
 Havendo quem queira expor suas ideias será ouvido com toda atenção.
 Há quem diga que eles se prevaleceu da situação.
 Naquele tempo havia quem respeitasse as leis.
 Houve quem recusasse o oferecimento. (SAID ALI, 1964, pág.164).

Para finalizar, o autor diz que certas orações subordinadas, na designação do futuro, não se emprega o modo indicativo (nem o condicional), mas sim o subjuntivo, são elas: as do condicional do período hipotético real; as temporais de “quando”, “enquanto”, “depois (pois) que”, “como”; as comparativas que exprimem uma simples concepção, e as relativas que determinam o termo para quem o relativo pertence, conforme os exemplos:

(24) “Venho quando posso”, “vim quando pude”, mas “virei quando puder” (em francês: quand je pourrai), “sairei quando ele tiver chegado” (em francês: quand il ser arrivé); “declarei que sairia quando ele tivesse chegado” (em francês: quand il serait arrivé); “declarei que sairia quando pudesse” (em francês: quand je pourrais). (SILVA DIAS, 1918, pág. 205).

Para Said Ali (1964), no lugar do futuro do subjuntivo usa-se, muitas vezes, na oração condicionante, o presente do indicativo. Tem todo o cabimento essa prática quando o fato é realizável, tanto no futuro mais ou menos remoto, como no domínio ilimitado da época presente, como em:

(25) Se dais a Deus O que Deus nos dá, dareis muito; mas se dais a Deus que mundo vos promete, dais muito mais (Vieira). (SAID ALI, 1964, pág.172).

Entendemos que essa regra do gramático não contraria a Epifânio Dias (1918), visto que a diferença está em algumas das orações citadas possuírem períodos hipotéticos, como as primeiras, enquanto as outras, limitadas à época presente. Ainda, alguns gramáticos afirmam que o tempo do verbo pode influenciar no modo, como é o caso do presente e do pretérito do indicativo (CUNHA & CINTRA, 1985).

3.3 O USO DO SUBJUNTIVO E INDICATIVO EM ORAÇÕES SUBORDINADAS E COORDENADAS EM SAID ALI

Said Ali (1964) considera casos particulares entre indicativo e subjuntivo e, em alguns momentos, o autor considera o uso dos dois, o que Epifânio Dias (1918) chama de subjuntivo optativo. Para ficar mais claro para o leitor, vamos elencar aqui alguns casos:

A) Nas interrogações diretas, usamos, em geral, a oração subordinada com o verbo no indicativo; mas podemos empregar o subjuntivo quando importa tornar evidente a perplexidade ou esforço da indignação:

(26) Não sabiam quem eram os do partido contrário.
 Não sabemos quem ele é.
 Qual a matéria seja não se enxerga. (Camões)
 Quem sinto escorre não sabe que coisa seja religião, nem que religião seja esta (Vieira). (SAID ALI, 1964, pág.167).

B) Quando desdobramos proposições com sujeito indefinido com “certas pessoas dizem”, “certas coisas se perdem”, em pessoas que “há que”, “há”, “dizem”, “há coisas que se perdem”, empregamos o modo imperativo. Se, porém, negarmos a existência ou a pusermos em dúvida (forma negativa interrogativa), o verbo da oração subordinada vai para o subjuntivo:

(27) Não há flor que tenha mais perfume.
 Não vento que encrespe as águas.
 Não havia com coisa que mais me afligisse.
 Nenhum cristão há que tal coisa afirme. (SAID ALI, 1964, pág.167).

C) Com os verbos “esperar” e “temer” vem, às vezes, o futuro do indicativo em lugar do modo subjuntivo. Significa, assim, que há certeza ou quase certeza da realização do fato:

(28) Espero que não que não hei de enfastiar (Vieira).
Muito temo que nos não há de suceder bem nessa viagem (Vieira).
(SAID ALI, 1964, pág.170).

D) Com as expressões “quis Deus que”, “permitiu Deus que”, “prouve a Deus que”, os escritores antigos empregavam não só o subjuntivo, mas também o modo indicativo.

(29) Quis Deus meus pecados que faleceu esse perdeu todo meu bem
(D. do Couto).
No fim dos quais dias prouve a Deus que vimos terra (F. M. Pinto).
(SAID ALI, 1964, pág.170).

E) Nas sentenças causais que tenham conjunção “como”, o falar de hoje costuma pôr o verbo no indicativo; para os atos passados empregamos, às vezes, o imperfeito do subjuntivo à imitação da linguagem antiga. Exemplos:

(30) Como todos se acham presentes, começaremos nossos trabalhos.
Como não achasse [ou achou] mais que as fôlhas, amaldiçoou a figueira.
Como não podiam suportar tão pesado fardo, desfizeram-se dêle.
(SAID ALI, 1964, pág.170).

F) Em orações consecutivas, designamos pelo indicativo o fato realmente consumado ou que se consumará com certeza, e pelo subjuntivo o fato que se visa conseguir. Exemplos:

(31) Caiu de tal modo que quebrou braço.
Os argumentos do discurso são tão esmagadores, que todos ficarão pasmados de ouvi-lo.
Procede de tal modo, que não dê lugar à censura.
Queria aparecer com figura tão sombria, que causasse mêdo a todos.
(SAID ALI, 1964, pág.171).

G) Na coordenação de duas proposições secundárias, a segunda tem indicativo ou subjuntivo de acordo com a primeira:

(32) Eram visitados todos os navios que entravam saiam.
Entregou-lhe a mercadoria para que vendesse ou trocasse por outra.
(SAID ALI, 1964, pág.171).

H) Os quinhentistas também empregavam o indicativo na alternativa de orações causais e, às vezes, o indicativo par do subjuntivo:

(33) Ou que a natureza ali os produziu ou que fossem trazidos (Barros).
Ou que êle a ouvisse, ou que alguém lhe foi dizer. (Barros). (SAID ALI, 1964, pág.171).

I) Nas proposições com partículas “se”, denotadora de atos que imaginamos existirem no momento presente ou terem-se efetuado em anterior, tendo verbo no modo indicativo e no tempo presente ou pretérito, conforme o caso. Exemplos:

(34) Se queremos remissão de pecado façamos penitência.
Pois se o reino já não era chegado, como pedimos nós ainda agora que venha? (Vieira).
Se havia dinheiro, porque não pagaram as dívidas? (SAID ALI, 1964, pág.172).

A leitura e análise dessas duas obras sobre o modo subjuntivo foram, para nós, de grande valia. Um presente enviado pelo Professor Dr. Sebastião Elias Millani. Primeiro, como professora poder conhecê-las e, segundo, por fazer um trabalho sobre sintaxe. Sobretudo da *Syntaxe Histórica Portuguesa*, escrita por Augusto Epifânio da Silva Dias, bem como de Said Ali.

Conta Evanildo Bechara (1956) que as pesquisas de sintaxe e semântica só se comparam à Said Ali. A preocupação, porém, de Silva Dias (1918), quase sempre se restringia no surpreender o fenômeno linguístico, relacionando-o, não poucas vezes, ao latim. Enquanto Said Ali (1964) não parava no fato, fazendo um exame consciencioso das ideias, uma preocupação imensa em escrever e explicar por meio de exemplos, demonstrando muita sinceridade aos acréscimos dos exemplos explorados, mostrou segurança no método utilizado. Isso também é percebido em Silva Dias (1918), entretanto, por ser uma gramática de cunho Português-europeia, dificultou alguns pontos, principalmente para o leitor que não conhecesse Camões, Garret, além do notável José Leite de Vasconcelos, entre outros. No entanto, o autor traz com presteza a sintaxe, principalmente no *conjunctivo* e indicativo. Sobre isso, Said Ali (1930) nos adverte:

O linguista de hoje investiga os fatos sem preocupar-se com a questão do que é ou deixa de ser correto. Em geral procuro seguir o mesmo rumo; mas as dúvidas desse gênero podem prender-se a questões de ordem mais elevada e aí encontrar solução. Outras vezes, a documentação geralmente respeitada em que fundo os estudos dará a solução incidentalmente. Acima do modo, antigo e exclusivista, de ver as coisas, está a indagação histórica. (SAID ALI, 1930, apud BECHARA, s/d, pág.167- texto mimeografado).

Bechara (op. cit, p.170) acrescenta, ainda, “A obra científica do prof. Said Ali é a única, entre os filólogos e linguistas brasileiros de todos os tempos, que guarda certa unidade de trabalho histórico”. Isso porque passou a vida estudando historicamente os fatos da língua portuguesa e, dessas pesquisas, saíram grande parte das Dificuldades e dos Meios de Expressão e, totalmente, a Lexicologia e a Sintaxe do Português Histórico.

3.4 AS FUNÇÕES SINTÁTICAS DO MODO SUBJUNTIVO DE ACORDO COM GRAMÁTICOS E LINGUISTAS RECENTES

Ao explicar sobre o objeto da sintaxe, José Carlos de Azeredo (2000, p. 9), nos relembra que “a linguagem é muito mais do que articular sons e combinar palavras; além de ter uma estrutura extraordinária complexa que envolve sons, palavras e frases, seu uso nas situações refletem condicionamentos psicológicos e sociais e culturais”. Ainda, de acordo com o autor, nós não aprendemos o significado de cada uma das frases da língua materna, como se nada tivessem em comum umas com as outras. Elas são aceitas como estruturas da língua pelos usuários, criam-se, graças a um sistema de unidades, sons, palavras, afixos e acentos que se combinam. Eis aí o que chamamos de sintaxe, é parte desse sistema que permite criar e interpretar frases. Nessa concepção: “o texto é, portanto, uma entidade pertencente ao domínio do ato verbal da comunicação, isto é, do discurso” (AZEREDO, 2000, p. 30).

Acreditamos nisso, porque a língua se manifesta em forma de texto. Nesse domínio, situa-se a frase, que é o menor texto possível. Em um contexto mais situacional, a frase se manifesta por meio de uma interjeição ou emoções. Em outro extremo, apresenta o que o autor (op. cit.) chama de uma estrutura bimembre, ou seja, sujeito e predicado. Nessa pesquisa, demos ênfase às orações coordenadas e subordinadas, por se tratar do modo subjuntivo.

Para Cunha e Cintra (1985), o subjuntivo é o modo da oração subordinada, tanto nas substantivas, como nas adjetivas e nas adverbiais. Dessa forma, o menor resultado de orações subordinadas significa que os falantes, das regiões pesquisadas, tendem a usar períodos compostos, especialmente em orações coordenadas. Percebemos a opção do uso do modo indicativo. E, mesmo quando os falantes usam as subordinadas “substantivas com verbos que completam o sentido afirmativo, existe a possibilidade de dois princípios gerais, norteadores do emprego dos dois modos” (CUNHA & CINTRA, 1985, p.454).

Para os autores, (op. cit.) **no subjuntivo** (grifo nosso), o modo é exigido nas orações que dependem de verbos cujo sentido esteja ligado à ideia de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição e outras correlatas. No entanto, há “o subjuntivo Independente, empregado em orações coordenadas ou em principais, que pode exprimir noções imperativas como: desejo, hipótese, dúvida, ordem, uma proibição e indignação” (op. cit., p. 455).

3.5 O PROCESSO SINTÁTICO: ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS E COORDENADAS

O subjuntivo é conhecido como modo subordinado e, nas orações subordinadas substantivas, seu uso é como uma regra. Em nossa pesquisa, percebemos que o falante, no uso da fala coloquial, faz opção por orações simples e, na maioria das vezes, coordenadas sindéticas e assindéticas. No entanto, a ideia das orações subordinadas quando se trata de modo subjuntivo e indicativo permanece. Como diz Said Ali (1964, p.135) as substantivas “fazem papel de substantivo, e podem representar: o sujeito da oração principal; o complemento direto de um verbo; o complemento terminativo (dativo)¹² e/ou um complemento preposicionado”.

Para Kury (2003, p. 71), “elas podem apresentar-se de forma desenvolvida (com ou sem conjunção) e em forma reduzida (com verbo no infinitivo, em alguns casos precedido de preposição ou locução prepositiva)”. Outra forma de apresentação das substantivas, segundo o autor (op. cit.), são as substantivas conexas, aquelas mais comuns em gramáticas e livros de língua portuguesa, por

¹² Said Ali diz que Anexo predicativo é o adjetivo ou substantivo que se acrescenta ao predicado verbal para indicar estado ou condição, durante a ação expressa pelo verbo, ou sujeito ou do objeto, isto é, o predicativo.

serem introduzidas pelas conjunções integrantes “que” e “se”, raramente por “como” (= “que”). Às vezes, pode ocorrer eclipse da conjunção “que”. E, ainda, apresenta as orações substantivas desenvolvidas sem conetivo. Essa ideia está de acordo com Cunha & Cintra (1985).

Durante as análises, um questionamento chamou nossa atenção. Por que os falantes de fala coloquial optaram pela quantidade maior de orações coordenadas? Por essa razão, durante a pesquisa, buscamos o processo sintático das orações coordenadas.

Said Ali (1964, p.133) caracteriza “a coordenação como as orações coordenadas copulativas pelas partículas ‘e’ e ‘nem’(= ‘e não’). Denotam fato simultâneo ou sucessivo ao outro”. Isso nos parece muito com a narrativa. Talvez isso tenha contribuído para que os falantes de língua coloquial usassem uma quantidade maior de orações coordenadas.

Para Azeredo (2000), a coordenação estabelece ligações discursivas, por isso desconhece os limites da oração; ela coordena vocábulos, sintagmas, até parágrafos. Talvez, e por isso, seja mais fácil usá-las, pois está mais perto da fala coloquial, espontânea. O autor (op.cit.) diz que, tradicionalmente, identificamos unidade (orações) coordenadas como independentes e subordinadas dependentes; no entanto, essa dependência se esclarece com o conceito sintático e semântico, e até quanto ao sentido. Garcia (1976) chama isso de falsa coordenação e dá os seguintes exemplos na sintaxe, quanto à forma e sentido.

A) O dia estava muito quente e eu fiquei logo exausto. (Garcia, 1976, pág. 21).

Para Garcia (1976) só existe coordenação quanto à forma, pois a partícula “e” não está aproximando dois fatos independentes, e sim uma coesão íntima, uma relação de causa e efeito. Se nos aprofundarmos mais na sentença A), podemos entender que independência significa autonomia; nesse sentido, podemos causar uma certa confusão no falante. Reiterando, trouxemos essa discussão, visto que notamos nas análises que, do ponto vista sintático, houve grande número de orações coordenadas.

CAPÍTULO 4

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse momento de nosso trabalho, apresentamos as etapas de desenvolvimento da pesquisa, desde a seleção das comunidades da Região Metropolitana de Goiânia, ou seja, as cidades de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, até a avaliação das entrevistas.

Por que a Região Metropolitana de Goiânia? Milani et al. (2015), em projeto pioneiro, elaborou o *Atlas Linguístico de Goiás*, dando à comunidade linguística científica uma grande contribuição. Coletou o falar em 50 cidades do Estado de Goiás, com o intuito de verificar, documentar e descrever a realidade linguística de Goiás, na área do léxico-fonético. Esse material foi, para nós, uma excelente referência de estudo, por oferecer elementos para a compreensão da língua falada na região, assim como identificar mudanças linguísticas em andamento, influenciadas por fenômenos sociais, que se evidenciaram na fala dos entrevistados. Sem contar o fato de ser uma ferramenta que contribui para o aprimoramento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa no país.

Assim, com intuito de contribuir com o trabalho ALINGO¹³, pensamos em pesquisar a Região metropolitana de Goiânia, visto que esse *locus* não entrou nas cidades contempladas pelo projeto dos autores (MILANI *et. al*, 2015). Outro fator de opção pelas comunidades citadas é a grande migração de falantes, advindos do interior de Goiás e de outros estados, em busca de empregos. Sabemos que migrantes brasileiros vieram para Goiás, desde o século XVII, por meio das bandeiras e do tangimento de bovinos.

4.1 HISTÓRICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

A Região Metropolitana de Goiânia, conhecida popularmente como Grande Goiânia, é uma conglomeração de cidades ao redor da capital do estado de Goiás. Essas cidades abrigam habitantes que, em sua grande maioria, vieram do interior de

¹³ Sigla de *Atlas Linguístico de Goiás – léxico-fonético*, é, como referido na pesquisa, uma excelente referência de estudo, que oferece elementos para a compreensão da língua falada na região, assim como identifica mudanças linguísticas em andamento, influenciadas por fenômenos sociais, que se evidenciam na fala dos entrevistados. (MILANI *et. al.*, 2015).

um dos estados brasileiros ou do próprio estado de Goiás. Por consequência, são pessoas que trazem consigo a cultura, a culinária e, logicamente, a língua que aprenderam em seus lugares de origem. Entretanto, não podemos nos esquecer de que o contato com habitantes diferentes gera um novo paradigma linguístico.

Com redação dada pela Lei Complementar nº 149, de 15 de maio de 2019, registrada no Diário Oficial do Estado de Goiás, a 30/05/2019: A Região Metropolitana de Goiânia (RMG), instituída para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, é compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabranes, Caldazinha, Caturaí, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. Para essa pesquisa, escolhemos três desses municípios, a saber, reiterando: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade.

De acordo com o DIEESE (2010, p. 26), “a população ocupada em Goiás registrou um crescimento de 18,7 %, significa 471 mil postos de trabalho adicionais no Estado”. Isso significa que a Região Metropolitana de Goiânia concentra o polo industrial de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e outros. Em Trindade, temos indústrias e a Romaria do Divino Pai Eterno, no mês de julho. Nesse sentido, onde há população é necessário emprego e moradia e, normalmente, quem é mais pobre busca abrigo na Região Metropolitana.

4.2 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

À luz da linguística diacrônica, tem-se o intuito de olhar a língua heterogênea, buscando compreender as bases dessa heterogeneidade, porque é “justamente a variedade da língua no espaço geográfico, na estrutura social e no tempo uma das realidades que mais preconceituosa se suscita” (FARACO, 2005, pág. 30). Fizemos um recorte sincrônico com o intuito de estudar a comunidade de fala, selecionar os informantes, entrevistando-os e coletando os dados, a fim de construir um *corpus*.

Para a constituição do *corpus* foram selecionadas 18 entrevistas. Seis informantes, na cidade de Aparecida de Goiânia; seis, em Trindade e seis, em Senador Canedo. Consideramos os informantes que nasceram na localidade ou que residem no local há 25 anos. Isso porque estamos pesquisando a variação sintática

do modo subjuntivo e não os traços fonológicos locais. Também levamos em conta os informantes com pouca escolaridade e/ou que tinham até 15 anos de escolaridade, por entendermos que falantes com mais escolaridade tendem a não variar nos fenômenos pesquisados.

Os informantes foram distribuídos em: idade, escolaridade e tempo de permanência no município pesquisado¹⁴. Assim, os grupos sociais puderam ser descritos da seguinte forma: idade de 46 a 65 anos, escolaridade de 0 ano, 4 anos, 8 anos e 15 anos.

4.3 O TRABALHO DE CAMPO: AS ENTREVISTAS

Para realizarmos um trabalho de campo é de extrema importância gravar uma quantidade de dados linguísticos necessários à obtenção de uma análise confiável. O material coletado nas entrevistas, conforme o projeto de pesquisa, foi selecionado de acordo com os critérios e objetivos escolhidos.

As entrevistas para esse trabalho foram feitas aos sábados e domingos, nos municípios de Aparecida e Trindade, supondo que os informantes, escolhidos por faixa etária e escolaridade, estivessem em casa. É evidente que para ter um bom *corpus*, o pesquisador precisa visitar os informantes, conversar com eles sobre o seu trabalho, o legado que a fala do informante deixará para a Universidade e, principalmente, conquistar a confiança dele para que possa falar de forma mais à vontade. Tarallo (2002, pág. 21) explica que o “objetivo central, é aprender sobre a comunidade e sobre o informante que a compõe”.

Em Aparecida de Goiânia e Trindade, fizemos a escolha dos informantes, por meio de pessoas conhecidas que indicaram outras, de acordo com o critério estabelecido pelo projeto dessa pesquisa. Em Senador Canedo, as entrevistas ocorreram em um colégio, já que havia muitos informantes que se identificavam com os critérios: grau de escolaridade e faixa etária (46/65) e, na prefeitura, no local onde trabalham vigilantes, garis e outros trabalhadores com pouca escolaridade e faixa etária entre 46 e 65 anos.

¹⁴ Esse item teve grande relevância para essa pesquisa, visto que uma das hipóteses sobre a mudança do subjuntivo, na região metropolitana de Goiânia, seja devido ao fato de pessoas vindas do interior, falando as variantes rurais. Essa informação foi coletada na ficha social do informante que será explicada mais adiante, nesse texto.

Para a realização das entrevistas, foram utilizados questionários semiestruturados, seguindo uma ficha social dos colaboradores (ALINGO et. al, 2015). Essa ficha compõe-se de informante, apelido, data de nascimento, sexo (embora não sendo relevante para essa pesquisa), estado civil, local de nascimento (muito importante, pois soubemos de qual localidade o informante veio), profissão, escolaridade (relevante), local de trabalho, outras profissões que exerceu, serviço militar (para os homens), tempo de permanência fora da localidade (caso tenha prestado serviço militar), naturalidade de pai e mãe (muito relevante, pela possibilidade de saber de onde veio), naturalidade do cônjuge, quantidade de filhos, a idade dos filhos, se os filhos estudam, se eles trabalham, se o informante costuma viajar, quais os lugares que visitou, se ele costuma ouvir rádio, TV, e/ou acessa a internet.

De posse dessa ficha, foi-nos possível conhecer um pouco da vida do informante. Com isso, fizemos perguntas sobre casamento, filhos, separações, trabalho e estudo do informante. Gravamos dezoito entrevistas, com média de gravação de 18 a 30 minutos cada.

4.4 A ESCOLHA DOS INFORMANTES

Realizamos a escolha dos informantes, com base nas mudanças sociais, a saber: faixa etária, entre 46 e 65 anos de idade e escolaridade, de 0 a 15 anos.

Em Aparecida de Goiânia, com relação à idade e escolaridade, obtivemos entrevistas de 02 informantes de 47 anos de idade e 04 anos de escolaridade; 01 com 65 anos de idade e 0 de escolaridade; 01 com 54 anos de idade e 12 de escolaridade; 01 com 64 anos de idade e 06 de escolaridade e 01 com 49 anos de idade e 06 de escolaridade. Fizemos a coleta de dados em vários pontos, na periferia e no centro da cidade, seguindo os critérios adotados acima. Acreditamos que foi relevante a quantidade de informantes.

Em Senador Canedo, não ocorreu da mesma forma. Tivemos mais informantes com grau de escolaridade maior que nas outras cidades. Dessa forma: 01 informante com 62 anos de idade e 06 anos de escolaridade; 01 com 52 anos de idade e 04 de escolaridade; 01 com 47 anos de idade e 12 de escolaridade; 01 com 56 anos e 08 de escolaridade; 01 com 50 anos de idade e 04 de escolaridade e, finalmente, 01 com 47 anos de idade e 04 anos de escolaridade.

Em Trindade, o *corpus* constou de 02 informantes com 65 anos de idade e 0 de escolaridade; 01 de 63 anos de idade com 04 de escolaridade; 01 de 52 anos de idade e 02 anos de escolaridade; 01 de 58 anos de idade e 08 de escolaridade.

Para saber de informações extralinguísticas, como o local de nascimento dos informantes e o tempo de permanência na Região pesquisada, bem como para coletar tais informações, usamos uma ficha social dos colaboradores, contendo um questionário com perguntas abertas e fechadas. Isso nos possibilitou saber de onde vieram e há quanto tempo residem na Região Metropolitana de Goiânia, nas comunidades pesquisadas. A média de tempo foi de 20 a 25 anos de permanência na localidade.

4.5 CRITÉRIOS PARA TRANSCRIÇÃO DE DADOS

Após as gravações dos dados, houve necessidade da transcrição. Essa foi feita pela autora dessa pesquisa, com o intuito de alcançar a maior fidelidade possível aos materiais linguísticos variáveis, para serem analisados sintaticamente. Os critérios adotados nas transcrições referem-se aos cuidados de manutenção da fala coloquial, pois o dialeto é de grande relevância. Para o levantamento dos dados coletados, selecionamos as seguintes mudanças linguísticas identificadas: as mudanças linguísticas do modo imperfeito do subjuntivo pelo perfeito do indicativo, além de observarmos outro fenômeno de mudança linguística, encontrado nos dados, que foi a preferência das formas nominais.

Com os critérios sociais foi possível identificarmos histórica e socialmente como se deu o processo do subjuntivo, na Região Metropolitana de Goiânia, especialmente por meio da formação do território, do povo goiano, da idade, da escolaridade, do local de nascimento e do tempo de residência na região.

CAPÍTULO 5

5 ANÁLISE DOS DADOS

Expresso por Saussure quando disse que o signo linguístico consiste na associação de um conceito com uma imagem acústica: “Nenhum linguista nega a existência de estruturas superficiais, nem de interpretações semânticas. E nenhum linguista nega a necessidade de relacionar, de alguma forma, essas duas faces da linguagem.” (SAUSSURE, 2012, p. 128).

5.1 AS MUDANÇAS SINTÁTICAS DO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO PELO PERFEITO DO INDICATIVO ENCONTRADAS NO *CORPUS*

Antes de descrever as variantes linguísticas encontradas nessa pesquisa, consideramos importante ressaltar que a nossa hipótese inicial é de que o modo subjuntivo esteja sendo substituído pelo indicativo, na Região Metropolitana de Goiânia, em específico nos municípios de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. Nessa oportunidade, vamos descrever e analisar as entrevistas feitas para refutar ou confirmar essa hipótese.

Como foi citado no capítulo 4 desse trabalho, dissemos que a escolha dos informantes foi realizada, tendo como base as variáveis sociais: faixa etária, entre 46 e 65 anos e escolaridade, de 0 a 15 anos. Para verificar as variantes linguísticas, fizemos um questionário com perguntas semiestruturadas, além de conversas informais com os informantes, envolvendo os seguintes temas: separação, religião, acidentes na cidade, em rodovias e no trabalho, beleza, menopausa, entre outros assuntos que os informantes escolheram. A narrativa facilita o envolvimento entre o informante e o pesquisador. Garcia (1976) aponta que a narrativa serve de recursos, tais como: experiência, memória, espírito de observação inspirada em episódios, peripécias do dia a dia, “temperada com uma certa dose de fantasia” (GARCIA, 1976, pág. 370).

As análises sintáticas das 18 entrevistas resultaram em 23 orações subordinadas substantivas, 12 adjetivas, 18 advérbias, 80 orações absolutas e 112

orações coordenadas sindéticas e assindéticas, conforme nossa análise abaixo.

Foi possível observar uma quantidade menor de orações subordinadas em relação às coordenadas, como em:

- (1) Meu irmão disse **que ia pagar**. (Inquérito n.20190109182221, informante de Aparecida de Goiânia, com 65 anos idade, e 0 de escolaridade).

O sujeito da oração principal (sem negrito) é explícito por um pronome “meu” que, no caso, sintaticamente, é adjunto adnominal do substantivo “irmão” que é núcleo do sujeito. Fávero (1980, p. 13) chama atenção que para identificar o sujeito de uma oração, é importante sabermos em que “contexto e conseqüentemente sua classificação”. Em (1) a oração principal tem um sujeito que é considerado simples. Já a expressão negritada é uma oração subordinada substantiva objetiva direta (O.S.S. Objetiva Direta), portanto, segundo a gramática normativa a presença do modo indicativo é real. No entanto, o informante usa uma locução verbal, pretérito imperfeito do indicativo do verbo “ir” mais a forma nominal no infinitivo: “pagar”, e não o tempo simples do futuro do pretérito do indicativo: “pagaria”. Vejamos o exemplo completo:

- (2) **Duvido** que meu irmão **disse** que **ia pagar**. (Inquérito n.20190109182221, informante de Aparecida de Goiânia, com 65 anos idade, e 0 de escolaridade)

Em (2) temos duas orações subordinadas. Na oração principal, o sujeito do verbo “duvido”, “eu”, está elíptico. Em seguida, temos uma conjunção integrante “que”, iniciando uma subordinada substantiva objetiva indireta (O.S.S. Objetiva Indireta), com a omissão da preposição “de” (embora seja pertinente alertar que alguns gramáticos e dicionários consideram dupla regência para esse verbo, com preposição e sem, o que nos permite considerar, no segundo caso, uma O.S.S. Objetiva Direta). A segunda oração, *que meu irmão disse*, é seguida de oração com uma locução verbal, conforme já registrado em (1), corroborando com o achado, durante a pesquisa, pela preferência no uso das formas nominais. Perini (1994, p. 38) “estabelece, no nível sintático, uma relação chamada de regência, segundo a qual os constituintes incluídos em unidades maiores se relacionam assimetricamente; a ideia é que um constituinte determina a forma do outro”. No caso da primeira oração é o verbo “duvidar” que marca a regência, enquanto na segunda é o verbo “dizer”.

O verbo da O.S.S. Objetiva Indireta apareceu no pretérito perfeito do indicativo, no lugar do subjuntivo (*disse/dissesse*), enquanto o segundo, *ia*, está no pretérito imperfeito do indicativo. Essa é uma oração típica do tema em questão. No nível superficial há a variação, pois o falante, em vez de dizer *iria pagar* ou *pagaria*, optou por *ia pagar*. Aqui, percebe-se uma mudança sintática formal e não semântica. Perini (1994), ao falar da análise formal, considera também a inclusão da semântica na descrição da língua. Para o autor (op. cit. p. 20), “é importante relacionar formas com significados que elas ajudam [...] uma gramática inclui necessariamente, uma descrição semântica da língua, ao lado de sua descrição formal e de um nome qualquer que relacione esses dois planos”. Como em:

- (3) Pelo menos que já **vi**, os motoqueiro **morre** (Inquérito (n. 20190123150021, informante de Trindade, com 50 anos de idade e 11 anos de escolaridade).

O sujeito de “ver” em (3) está elíptico (eu) e temos um verbo transitivo, cujo objeto direto é a oração “os motoqueiro morre”. Na linguagem padrão seria: *Pelo menos, (eu) já vi que os motoqueiros morrem*. “Pelo menos” é expressão denotativa, e “já vi” é a oração principal e “que os motoqueiros morrem” é uma O.S.S. Subjetiva. Aqui há uma inflexão da oração principal com a subordinada. Perini (1994, p. 47) “considera esse processo de ‘correspondência’, quando duas formas A e B são correspondentes se for possível estabelecer entre eles um relacionamento de preenchimento de itens lexicais idênticos”. Garcia (2002. p. 33) “no momento da narrativa dentro da liberdade de combinações que lhe é próprio da fala e do discurso há liberdade que permite a cada qual expressar seu pensamento, sem repetir frase” na linguagem oral a inversão é muito comum. Os verbos estão no pretérito perfeito do indicativo, e isso prova a nossa hipótese inicial de mudança:

- (4) Pelo menos **vi** e duvidei que os motoqueiro **morressem** (Inquérito n.20190123150021, informante de Trindade, com 50 anos de idade e 11 anos de escolaridade).

Em (4) temos: “Pelo menos”, expressão ou locução denotativa, “(eu) vi”, cujo verbo pede objeto direto e “dudar” tem duas regências (transitivo indireto - pede preposição, quando seguido de substantivo e funciona como transitivo direto,

seguido de conjunção integrante que é o caso aqui, uma espécie de junção de preposição e conjunção distorcidas); dessa forma, “que os motoqueiro morressem” será O.S.S. Objetiva Direta para os dois verbos, por essa razão é possível usar a conjunção “e”. Entre os verbos, temos uma situação de coordenação, pois o desenvolvimento sintático formal: “Pelo menos, eu vi que os motoqueiros morreram e” (“mas” - esse “e” tem valor adversativo) “duvidei que eles morressem.”, oração coordenada assindética, na primeira exposição e oração coordenada sindética adversativa, na segunda. Já o verbo “morrer” apresenta modo subjuntivo. A justificativa para essa formalidade está em Adriano da Gama Kury (2003) que afirma outro tipo de orações substantivas desenvolvidas justapostas, o que Said Ali (1964) chama de subjuntivo independente.

Em outra ocorrência:

- (5) Eu sou testemunha **que Deus existe**. (Inquérito. 20190109191007, informante de Aparecida de Goiânia, com 54 anos de idade e 12 anos de escolaridade).

Em (5) “Eu sou testemunha” – Oração principal – (testemunha de quê ou de quem?) “(de) que Deus existe” – O.S.S. Completiva nominal, com a omissão da preposição “de”, mas com a representação sintática de um fato real. Porém, do ponto de vista do pensamento comum e na forma padronizada seria: “Eu gostaria (de) que Deus existisse”. “Eu gostaria” – Oração Principal e “que Deus existisse” – O.S.S. Objetiva Indireta com o verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo, por apresentar um desejo que traduz um fato duvidoso. Entretanto, o informante usou os verbos no presente do indicativo simples, por acreditar que o fato seja real ou, talvez, por utilizar essa forma frequentemente.

Em outro registro:

- (6) Eu achava **que ela ainda tinha vida**. (Inquérito n.20190201169026, informante de Aparecida de Goiânia, com 64 anos de idade, e 6 de escolaridade).

Temos em (6) uma oração típica do tema dessa pesquisa, a mudança está clara. Foi usado o modo Indicativo (“achava”- pretérito imperfeito do indicativo: “achei”, na oração principal) e, na O.S.S. Objetiva Direta, no lugar de “tivesse”

(pretérito imperfeito do subjuntivo), o informante usou “tinha” (pretérito imperfeito do indicativo). Em outro caso:

(7) Foi o acidente que me mudou (Inquérito n.20190211103407, informante de Senador Canedo, com 52 anos de idade, e 0 anos de escolaridade).

Ideia de testemunho, em (7), não caracteriza o Subjuntivo, pois coloca um fato claro: Foi mudado pelo acidente, portanto modo verbal Indicativo; por outro lado, o que foi? “O acidente” foi que me mudou. – essa seria a ordem direta. No entanto, a ordem inversa apresenta o pronome relativo “que”, assim, *Foi o acidente* – Oração Principal e *que me mudou* (isto é, “o acidente me mudou”), caracterizando o substantivo “acidente”, portanto temos uma Oração Subordinada Adjetiva Restritiva.

Nesse outro caso:

(8) Eu trabalhei para uma família de promotores **que me humilhava**. (Inquérito n.20190201121653, informante de Senador Canedo, com 50 anos de idade, e 4 anos de escolaridade).

Nesse registro, o “que” é um pronome relativo, marca das orações adjetivas (= “a família de promotores me humilhava”). A primeira é Oração Principal e a segunda, em negrito, é O.S. Adjetiva Restritiva. Para Fávero & Barian (1985, apud FÁVERO et. al., 2003) “As orações adjetivas restritivas acrescentam, exprimem um estado acidental, e não podem ser eliminadas sem prejuízo da oração principal”. Colocamos o inquérito acima para demonstrar que, mesmo a informante tendo quatro anos de escolaridade e 50 anos de idade, isso não a impediu de, sintática e semanticamente, falar uma oração conforme o padrão da língua portuguesa. Outro caso:

(9) Eu tenho um desejo, **ir para a Coreia**. (Inquérito n.201901112085227, informante de Aparecida de Goiânia, com 54 anos idade e 11 de escolaridade).

Em (9) “Eu tenho um desejo” - Oração Principal: “desejo” pode pedir complemento nominal, nessa opção a oração desenvolvida seria “Eu tenho um desejo de que pudesse ir para a Coreia”. Nesse caso, a segunda oração seria O.S.S. Completiva Nominal. Por outro lado, “ir para a Coreia” pode estar enumerando, mostrando qual é esse “um desejo”; nesse caso, teríamos dois pontos

para marcar essa condição (“Eu tenho um desejo: ir para a Coreia”.) e a segunda oração seria O. S. S. Apositiva reduzida de infinitivo. Em outra situação:

- (10) Meu irmão, a muié dele me ligô e disse que ele amarrou uma corda no pescoço, não acreditei, ele nem andava. (Inquérito n. 20190109182221, informante que Aparecida de Goiânia, com 65 anos idade e 0 de escolaridade).

“Meu irmão” é um caso de anacoluto, segundo Bechara (2010, p. 484), comum na linguagem oral “é a quebra da estruturação gramatical”. Nesse exemplo (10), percebemos que a linguagem não acompanha o pensamento em que as ideias se sucedem rápidas. Nesse sentido, temos mudança na forma sintática e na semântica. Na língua padronizada, o período seria: (1) A mulher de meu irmão me ligou (2) e não acreditei, (3) embora ela dissesse (4) que ele amarrou uma corda no pescoço, (5) pois ele nem andava. Temos: (1) Coordenada Assindética em relação a (2) e (5), mas funciona como oração principal para (3), (2) Coordenada Sindética aditiva em relação a (1), a oração (3) é O.S. Adv. Concessiva em relação a (1) e Oração Principal em relação a (4) que é O.S.S. Objetiva Direta e (5) funciona como O. coordenada sindética explicativa. Em relação aos verbos, temos, na primeira e segunda orações, o pretérito perfeito do indicativo; na terceira, o pretérito imperfeito do subjuntivo; na quarta, o pretérito perfeito do indicativo e na quinta, o pretérito imperfeito do indicativo. Ao observarmos que na fala, o informante utilizou o indicativo no lugar do subjuntivo, podemos afirmar que o período composto por subordinação e coordenação apresentou uma oração típica da transformação de que estamos tratando.

5.2 OUTRO FENÔMENO DE MUDANÇA LINGUÍSTICA ENCONTRADO NOS DADOS: A PREFERÊNCIA PELAS FORMAS NOMINAIS.

Cunha e Cintra (1985, p. 460) abordam a questão dos substitutos do subjuntivo, porque os falantes de língua coloquial preferem não usar o subjuntivo. Os autores relatam “que a construção da oração com subjuntivo é pesada ou malsoante”. Então, dessa maneira, o falante prefere substituí-la por uma forma em que a expressão seja equivalente. Nesses casos, entram as formas nominais.

Quando começamos as análises sintáticas, logo percebemos que havia muitas orações com o uso das formas nominais dos verbos. Ao verificarmos esse fato, constatamos que as formas nominais com o verbo no infinitivo, gerúndio e particípio caracterizam-se todas por não poderem exprimir, por si, nem tempo nem modo. Os autores (op. cit., p.471) nos relatam que “O seu valor temporal e modal está sempre em dependência do contexto em que aparece”.

- (11) Depende da construção, a gente faz portão grande e pequeno. (Inquérito n.201901112085226, informante de Aparecida de Goiânia, com 47 anos idade e 04 de escolaridade).

O presente do Indicativo “Depende”, em (11), foi utilizado no lugar do gerúndio. Na forma culta seria “Dependendo da construção, a gente faz portão grande e pequeno”.

Na oração em 12, ao ser indagado sobre viagem, o informante respondeu:

- (12) Sim, **gosto de viajar** (Inquérito n.20190201164026, Informante de Senador Canedo, com 46 anos de idade e 11 de escolaridade).

O “Sim” é uma palavra denotativa, “gosto de viajar” é uma oração absoluta, mas que apresenta interessante troca do substantivo, vocábulo comum na posição de complemento verbal, por uma ação registrada pelo verbo no infinitivo, usando (de forma inconsciente ou não) uma situação de mudança de classe. Se aproximarmos e distinguirmos o infinitivo, estaremos aproximando a ideia da ação de um substantivo. Nesse caso, na variante formal seria “gostar de quê?” “de viagem”. Apesar de não ser a tônica desse trabalho, o registro pretende chamar a atenção para possíveis futuras pesquisas, visto que houve ocorrências importantes dessa forma.

Por outro lado, como reiteramos, o uso da forma nominal nos períodos compostos fica patente:

- (13) Depende dele querer ir morar com a mãe (Inquérito n.201902111311444, informante de Senador Canedo, com 48 anos de idade, e 8 de escolaridade).

Inicialmente, vamos separar as orações que compõem o período: (1) *Depende dele* (2) *querer ir* (3) *morar com a mãe*. Em que (1) é, caracteristicamente, a Oração principal do período composto por subordinação. Chamamos a atenção para a peculiaridade da construção, visto que o conjunto das orações subordinadas, em relação à principal, tem função de “sujeito”. Em (2) temos uma O.S.S. Subjetiva reduzida de Infinitivo (funciona como sujeito de “depende”), “querer ir” tem valor de “que queira e em (3) temos O.S.S. Objetiva Direta reduzida de Infinitivo. Na linguagem culta seria: *Querer morar com a mãe, depende dele*. O que se torna complexo, pois do ponto de vista do sentido “querer ir morar com a mãe” funciona como sujeito de “depende” (“dele” é objeto indireto na oração principal), o período apresentaria duas orações apenas? Porém, *querer* é VTD e “Morar com a mãe” funciona como objeto direto. Dessa forma, quando observamos do ponto de vista sintático, temos uma O.S.S. Objetiva Direta reduzida de infinitivo. Podemos construir o período da seguinte forma: “Depende dele que queira morar com a mãe.” E como fica o verbo “ir” presente na construção original e bastante utilizado na variante coloquial? Cremos deixar aqui uma proposta para uma pesquisa nesse sentido, visto que o falante faz uso constante de construções com esse verbo.

Seguindo com os exemplos:

- (14) meu ex-marido foi vendendo lote antes de nós separar (Inquérito n.20190201152208, informante de Trindade, com 52 anos de idade, e 2 de escolaridade).

Nesse caso, é clara a presença de uma locução verbal: (1) *meu ex-marido foi vendendo lote* e na sequência a presença da forma nominal no infinitivo, concluindo: em (1) Oração Principal e em (2) O. S. Adv. Temporal Reduzida de Infinitivo.

O uso de orações coordenadas representam momentos importantes do registro da linguagem coloquial:

- (15) Na empresa, nós usa equipamentos luva, óculos, proteção no ouvido, mais ninguém trabaia sem proteção. (Inquérito n.201901112085226, informante de Aparecida de Goiânia, com 47 anos idade, e 04 de escolaridade).

Em (15), A primeira oração (*Na empresa, nós usa equipamentos luva, óculos, proteção no ouvido*) é uma coordenada assindética e a segunda (*mais ninguém trabaia sem proteção*) é uma coordenada sindética adversativa.

As frases citadas de 11 a 15 demonstram que a língua que o falante coloquial tem na cabeça não é orientada por padrões e regras como determina a gramática normativa. Milani (2019, p. 103) “As línguas devem ser qualificadas como trabalho do pensamento, ele que faz a existência das coisas, sem o pensamento do indivíduo nada existe”. Percebemos que a representação do modo subjuntivo do falante coloquial, das comunidades citadas nessa pesquisa, não está na estrutura superficial, mas sim no pensamento, estrutura profunda, por isso ele usa poucas conjunções, as quais podem ou não determinar o subjuntivo. Um exemplo disso é o número grande de orações coordenadas sindéticas, além de orações absolutas, encontradas nas análises.

Percebemos que, em algumas orações, os verbos estão no modo indicativo, mas a ideia ficaria expressa no subjuntivo, de acordo com a norma padrão. Isso acontece em razão de o indicativo ser o modo que, em geral, exprime uma ação ou um estado, considerado em sua realidade ou em sua certeza, visto que há uma referência de presente, passado e futuro. O falante coloquial confunde, prefere e simplifica o modo e tempo do verbo, porque isso o aproxima de seus interlocutores frequentes. Outro processo observado é que a noção de sistema linguístico está muito presente na fala desses informantes. Um exemplo disso é o fato de usarem, na estrutura profunda da língua, estruturas que qualquer falante do português brasileiro entenda. Ficou claro que nas comunidades pesquisadas, os falantes, sintaticamente, preferem o modo indicativo.

Como foi informado na metodologia dessa pesquisa, fizemos um questionário semiestruturado, chamado ficha social, com itens como idade, escolaridade, local de nascimento e tempo de permanência nas cidades pesquisadas, retirado do ALINGO (MILANI et. al., 2015). Além de ter caráter histórico, essa pesquisa apresenta caráter dialetológico. Os informantes pesquisados vieram dos estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Tocantins, São Paulo, Ceará e Goiás, estando com média de 25 anos de permanência na Região. Os informantes que vieram de outros estados apresentaram o mesmo fator sintático da fala dos goianos, ou seja, preferem usar o modo indicativo na fala. É comum percebermos diferenças dialetais e miscigenação na fonética, no léxico e na morfologia. Na sintaxe, pelas pesquisas que apresentamos como “estado da arte”, a realidade da mudança do subjuntivo para o indicativo não é um fenômeno local ou localizado em uma comunidade brasileira.

5.3 COMPARAÇÃO DOS DADOS DESSA PESQUISA COM OUTROS AUTORES

Em uma comparação dessa pesquisa com os dados de outros autores, mencionados no capítulo 1 desse trabalho, Sandra Maria Bianchet (1996) em Belo Horizonte, estudou a oscilação de subjuntivo e indicativo em orações completivas. A autora constatou “oscilação” entre um e outro, além de uma discrepância entre a língua padrão e coloquial. Percebemos que falantes de língua padrão não mudam o subjuntivo e indicativo, enquanto com os falantes de língua coloquial ela fala em “oscilação”.

Qual a semelhança entre Bianchet (1996) e essa pesquisa? Ela usou dados diacrônicos do Latim do séc. IV e sincrônicos do português brasileiro. Além do mais, a autora questiona a aceitabilidade das frases feitas na gramática normativa. Outro processo sintático que se assemelha a essa pesquisa é o verbo modal da oração. A autora se aproximou de contextos em seria necessário selecionar o modo indicativo ou subjuntivo, isso é bastante evidente, pois na sintaxe existem outros elementos que definem o verbo no subjuntivo, um deles comprovado é a regência verbal. A autora evidenciou que não há estratificação por idade, e isso foi comprovado por nós.

Outra pesquisa que se assemelhou a nossos dados foi a de Alves Neta (2000), na Região do Norte de Minas, com estudantes do nível fundamental e médio. A autora fez pesquisa quantitativa usando o VarbRul. O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo, no Norte de Minas ocorreu com maior frequência na fala de informantes de mais baixa escolaridade (PR=70) e diminuiu sensivelmente na fala de informantes do ensino médio (PR= 45). Em nossa pesquisa esse dado demonstrou que tanto o informante de nível fundamental quanto o de nível médio preferiram o modo indicativo em 10 e 5.

No trabalho de Hebe Carvalho (2007), com pressupostos Funcionalistas, verificamos a alternância dos modos indicativo e subjuntivo na língua falada do Cariri, região ao Sul do Ceará. Com um *corpus* do Projeto do Português não-padrão, do Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal do Ceará, cujo objetivo foi captar e analisar ambientes favoráveis e de restrição ao uso do indicativo/subjuntivo, com finalidade de demonstrar que em ambientes de alternância a força modal se encontra na força semântica do verbo matriz, estando de formas

indicativo/subjuntivo, atuando apenas como variantes morfológicas desprovidas de sua função de modo. Na sintaxe, às vezes, os termos de uma oração não dizem respeito à posição e sim à semântica da oração. Encontramos essa afirmativa, principalmente nos verbos transitivos diretos. Perini (1994) afirma que a estrutura formal de uma oração, às vezes, vai seguir a estrutura semântica e Fávero *et al.* (1988) dizem que “a sintaxe vai seguir o contexto.”

Por fim, Barra Rocha *apud* Bianchet (1994, p. 15) com relação à oscilação entre os modos indicativo e subjuntivo, afirma que “a frequência do subjuntivo vem decrescendo em favor do indicativo tanto em português coloquial quanto em italiano”. Essa expansão deve-se aos verbos indicadores de vontade que apresentam o verbo da oração subordinada tanto no indicativo quanto no subjuntivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa diacrônica e sincrônica, percebemos que na Região Metropolitana de Goiânia, em específico nos municípios de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, falantes informantes dão preferência ao modo do indicativo no pretérito perfeito em detrimento do pretérito imperfeito do subjuntivo. A primeira hipótese foi confirmada após as análises sintáticas das entrevistas. Atentamos para o fato de o modo subjuntivo não estar somente nas orações subordinadas, podendo aparecer em orações coordenadas, dependendo do tempo e ideia com que o falante queira se expressar. Observamos também que houve preferência dos falantes pesquisados em usar as formas nominais, para reforçar o fator semântico.

O falante coloquial foge da estrutura sintática superficial padrão, entretanto, ele tem a ideia, subjetivamente, internalizada. Existem, porém, outros fatores condicionantes que vão contribuir na língua coloquial. Além dos verbos, percebemos ausência de regência, deslocamentos de sujeito, de advérbios, intercalações desnecessárias, especialmente por se tratar da língua falada.

Outro fator detectado foi o número de orações absolutas, coordenadas sindéticas e assindéticas, sintaticamente muito alto, constatado em informantes pesquisados. Ao revelar que o subjuntivo é o modo das orações subordinadas, muitos gramáticos usam explicações sintáticas para o emprego do subjuntivo independente em orações absolutas, em orações coordenadas ou orações principais, além de orações imperativas.

Outra percepção, nesse estudo, é que a mudança linguística do modo subjuntivo para indicativo não está em andamento, ou em oscilação, é um fato constatado nas comunidades pesquisadas. Para nós, isso aconteceu tanto em falantes sem escolarização como em escolarizados, e está em vários contextos de fala, por exemplo, em uma auxiliar de secretaria, com nível superior, trabalhando em uma universidade, quanto em uma pessoa sem escolaridade, visto que todos tiveram o mesmo padrão de mudança sintática nos modos subjuntivo e indicativo.

As estruturas sintáticas, às vezes, não condizem com as regras padronizadas pela gramática normativa, na fala dos informantes pesquisados, mas semanticamente todos se entendem. Isso quer dizer que a mudança linguística do modo subjuntivo para indicativo pode estar, preferimos dizer, no plano de expressão,

pois no plano de conteúdo ainda existe a hipótese do subjuntivo, mesmo que o falante use outros recursos que não os já padronizados.

Outra característica que pudemos observar foi a questão das línguas falada e escrita. Entendemos que a língua humana é dialógica, e que há diferença entre fala e escrita. Na primeira, os falantes estão próximos, a interação é desencadeada de forma que as orações fluem de acordo com as perguntas e respostas, pela própria situação de fala. Na segunda, é necessário explicar as ações espaço-temporais que movem as personagens. Em nossa pesquisa, usamos a narrativa, com isso se percebeu que tempo e espaço, por causa dos marcadores conversacionais, identificam-se. Ficou evidente também que no texto falado há uma descontinuidade muito grande, interlocutores preenchem vazios. Por outro lado, uma pesquisa sobre fatos linguísticos não se esgota pela própria característica de evolução da língua, lembrando que cabe ao falante buscar a melhor forma de se comunicar, apesar das marcas de regras internalizadas que se não se fixarem na forma, serão percebidas no conteúdo.

Por fim, outro fato ocorreu que pode ter ocasionado a mudança do modo subjuntivo para indicativo. Na sintaxe do latim, havia muitas variações por parte dos verbos, predominando a ordem inversa. Provavelmente isso contribuíra mais tarde para a variação nas Línguas Românicas. Já se tem notícias da variação na sintaxe de subjuntivo para indicativo no Italiano, no Francês, e no Português. Talvez, em razão do tempo e espaço esteja ocorrendo agora na Língua Portuguesa Brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

ALVES, Rosana Ferreira. **A expressão de modalidades típicas do subjuntivo em duas sincronias do português** : século XVI e contemporaneidade / Rosana Ferreira Alves. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

ALVES NETA. **O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro**. *Dissertação de mestrado*. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

ALVES NETA. **O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro**. art. in: Estudos Linguísticos XXXV, p. 258-267, 2006. [258 / 267]. Disponível em:
<https://docplayer.com.br/6488182-O-uso-de-formas-do-indicativo-por-formas-do-subjuntivo-no-portugues-brasileiro.html>> Acesso em: 20/11/2019.

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do Português**.8 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira, 2010.

BECHARA, Evanildo. **Manoel Said Ali Ida**. Texto mimeografado, s/d. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/328065161.pdf> Acesso em: 10/11/2019.

BIANCHET, Sandra Maria Gualberto Braga. **Indicativo e /ou subjuntivo em Orações objetivas Diretas do Português**: uma volta ao Latim. *Dissertação de mestrado*. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARDOSO, Suzana A. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.

CARVALHO, H. M. **A alternância indicativo/subjuntivo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presentes e imperfeito na língua falada do Cariri**. *Tese de doutorado*. Fortaleza: UFC, 2007.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**.1^a ed., 4^a reimpressão – São Paulo: Contexto, 2016.

COUTINHO, I. de L. **Gramática Histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática do Português Contemporâneo**. Belo Horizonte, Ed: Bernardo Álvares, 1972.

CUNHA, Celso.; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 35 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

DIAS, Augusto Epifânio da Silva (1918). **Syntaxe historica portuguesa**. Lisboa: Livr. Clássica Editora. <http://purl.pt/190> Acesso em setembro de 2019.

FARACO, Carlos Alberto, **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo das línguas**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FÁVERO, Leonor L., et al. **Oralidade e Escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FERREIRA, Rosana Alves. **A Expressão de Modalidades Típicas do Subjuntivo em duas Sincronias do Português: século XVI e Contemporaneidade**. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, 2009.

GANDAVO, Pero Magalhães de (1556): **História da Província de Santa Cruz**. Edição Eletrônica: <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus/textsxml/g008.xml> Acesso em setembro de 2019.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 1976. 548 p.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002.

GUIMARÃES, Florianete e GUIMARÃES, Margaret. **A Gramática Lê o Texto**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1997.

HJELMSLEV. Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. 2ª ed., [Trad. J. Teixeira Coelho Netto]. – São Paulo: Perspectiva, 1975.

IMB-Instituto Mauro Borges. **Goiás em Dados**. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/estatisticas/produtos/goias-em-dados/goias-em-dados-2015.html> Acesso em: agosto de 2020.

KURY, A. da G. **Novas lições de análise sintática**. São Paulo: Ática, 2003.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1972.

MILANI, Sebastião Elias. **Humboldt, Whitney e Saussure: Romantismo e Cientificismo-Symbolismo na história da linguística**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do prof. Dr. Carlos Alberto da Fonseca. Área: Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística. USP: São Paulo, 2000.

MILANI, S. E. Palavras são sinais para as ideias. In: **Revista da UFG**. Goiânia: UFG, 2015.

MILANI *et. al.* **Alingo** - Atlas Linguístico de Goiás: Léxico-Fonético. 1ed. Editora Barra Livros, 2015.

MILANI, S. E. Descrição e Análise de Línguas. **Aula do Programa de Pós-Graduação** em Letras e Linguística. Goiânia: UFG, 2019.

NEVES, Maria Helena Moura. **A Gramática passada a limpo**: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática Histórica**. 6 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929.

PERINI, Mário. A. **Sintaxe Portuguesa**: metodologia e funções. 2 ed. São Paulo: editora Ática, 1994.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. **Variação no Presente do Modo Subjuntivo**: uma abordagem discursivo-pragmática. 129f. *Dissertação* (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. **Uso Variável do Presente no Modo Subjuntivo**: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX. *Tese de doutorado*. Florianópolis: UFSC, 2012.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. Mapeamento do uso variável do Modo Subjuntivo no Português do Brasil. in: **Work. Pap. Linguíst.**, 16(1): 120-141, Florianópolis, jan/jul, 2015. Disponível em:
<<https://docplayer.com.br/30772403-Tatiana-schwochowpimpao.html>>
Acesso em 10/11/2019.

ROCHA, R. C. F. **A alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português**. 1997. 126f. (*Dissertação* de Mestrado em Linguística). UNB. Brasília, 1997.

ROSA, Helda Núbia. **Historiografia Linguística da Gramática Brasileira**: a estrutura metalinguística e a participação na sociedade. fl. 145. 2011. (*Dissertação* de mestrado) Goiânia: UFG, 2011.

SAID ALI, Manoel. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

SAID ALI, Manoel. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SANTOS, Regina Marques Alves. **O uso variável do modo subjuntivo em estruturas complexas**. 144f. 2005 (*Dissertação* Mestrado em Estudos Linguísticos

– Área de Concentração em Análise Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2005.

SANTOS, Wendel. **A morfologia do Indicativo na expressão do modo subjuntivo em São Paulo e São Luís**. (*Dissertação de mestrado*). SP: Universidade de São Paulo, 2014.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

SILVA, D. M. da; MILANI, S. E. SAUSSURE – As Consequências da Instituição de um Elemento Híbrido, a Langue, Sistema/Fato Social, como Objeto da Linguística. **Anais do SILEL**. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

SILVA NETO, S. da. **Guia para estudos dialetológicos**. 2.^a ed. melhorada e ampliada. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SILVA NETO, S. da. **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa**. 2.ed. melhorada e ampliada por Evanildo Bechara. Rio de Janeiro, 1976.

SILVA NETO, S. da. **História da Língua Portuguesa**. 3 ed. Brasília : Presença, [1917- 1960] 1979.

SILVA NETO, S. da. **Manual de Gramática Histórica Portuguesa**. De acordo com o programa do 4º ano. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

SILVA NETO, S. da. **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

SPERANÇA-CRISCUOLO, A C. **Funcionalismo e cognitismo na sintaxe do português**: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, 182 p. ISBN 978-85-68334-45-4. Available from SciELO Book. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em:20/07/2020.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2002.

Justificativa de autorização para execução da pesquisa foi pela participação do Grupo de Pesquisa IMAGO criado pelo professor Dr. Sebastião Elias Milani, conforme endereço eletrônico: <<https://imago.lettras.ufg.br/>> Acesso em 20/06/2021.

ANEXO 1- FICHA SOCIAL DO ALINGO (2015)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS E LINGUÍSTICA
PESQUISA: A variação do Modo subjuntivo em modo indicativo na fala da Região metropolitana de Goiânia
Pesquisadora: Sheyla Helena Elias da Paz
Orientador: Professor Doutor Sebastião Elias Milani

DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS – TRINDADE

Inquérito n. Gravação_20190123151416 Duração: 17'41
Data da coleta:01\02\2019

FICHA SOCIAL DOS COLABORADORES

Informante:
Apelido:
Data de nascimento:
Sexo:
Estado civil:
Local de nascimento
Tempo de permanência no local:
Naturalidade do pai:
Naturalidade da mãe:
Profissão:
Escolaridade:
Onde trabalha:
Outras profissões que exerceu:
Prestou serviço militar? Não () () sim Onde?
Depoimento:
Tem filhos: Qual a idade deles?
Estudam?

Trabalham?

Costuma viajar?

Quais os lugares que visitou?

Tempo de permanência:

Costuma ouvir rádio?

Quais emissoras?

Que tipo de programas?

Costuma ver TV?

Quais canais?

Quais programas?

Costuma ler ? O quê?

Costuma acessar internet?

Para quê?

Data da aplicação:

Assinatura do

inquiridor: _____

APÊNDICE A

Resultado das Análises variáveis sociais

Aparecida de Goiânia -

Idade - Escolaridade

Informantes	Idade	Escolaridade
R. R. M	47 anos	4 anos
L. R. L.	64 anos	6 anos
V. A.	54 anos	12 anos
J. V.S.	47anos	4 anos
R.N. S.	49 anos	6 anos
V.A.P.	65 anos	0 escolaridade

Resultado das Análises - Senador Canedo -

Idade - Escolaridade

Informantes	Idade	Escolaridade
M.A.M. F.	62 anos	06 anos
O.B.B.	52 anos	0 anos
E. P.S.	47 anos	12 anos
E. D. R.	56 anos	08 anos
I. G.T.	50 anos	04 anos
V.L. S.	47 anos	04 anos

Resultado das Análises - Trindade-

Idade - Escolaridade

Informantes	Idade	Escolaridade
M.F.R.	63	4 anos
M.C.	65	0 escolaridade
M.F.A.	52	2 anos
E. S.J.	58	8 anos
D.E.R.	64	6 anos
J.A.S.	65	0 escolaridade

APÊNDICE B

Variáveis Sociais – Local de nascimento e tempo de Residência na Região

Aparecida de Goiânia - Local de Nascimento

Informantes	Local de nascimento	Tempo na Região
R. R. M	Aparecida de Goiânia	47 anos
L. R. L.	Mira Bela -MG	20 anos
V. A.	Goiânia	30 anos
J. V.S.	Araguari- MG	25 anos
R.N. S.	Maranhão	30 anos
V.A.P.	Formosa	40 anos

Senador Canedo- Local de Nascimento

Informantes	Local de nascimento	Tempo de Localidade na Região
M.A.M. F.	Tocantins	36 anos
O.B.B.	Caldas Novas	25 anos
E. P.S.	Timbiras, Maranhão	30 anos
E. D. R.	Bonfinópolis	48 anos
I. G.T.	Brasília	28 anos
V.L. S.	Limoeiro , BA	30 anos

Trindade- Local de Nascimento

Informantes	Local de nascimento	Tempo de Localidade na Região
M.F.R.	Goiânia	30 anos
M.C.	Taquaral	20 anos
M.F.A.	Ceará	30 anos
E. S.J.	Capelinha, perto de Trindade	40 anos
D.E.R.	Novo Brasil	30 anos
J.A.S.	Montalvânia-MG	40 anos

